

revista

poli

saúde
educação
trabalho

Ano XIII — Nº. 74 — nov./dez. 2020



Mala Direta
Básica

9912450133/18-DI/RJ
Flacruz

Correios

ORÇAMENTO 2021

Proposta orçamentária enviada ao Congresso não leva em consideração a pandemia, dizem especialistas

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Estágios e atividades práticas são desafios para o ensino remoto

O RACISMO NOSSO DE CADA DIA:

por que a pandemia mata mais negros no Brasil?





Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Conheça o

Poli

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

www.epsjv.fiocruz.br

Ano XIII - Nº 74 - nov./dez. 2020

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde ISSN 1983-909X

Coordenadora de Comunicação, Divulgação e Eventos

Talita Rodrigues

Editores

Cátia Guimarães / Viviane Tavares

Repórteres

André Antunes / Cátia Guimarães / Viviane Tavares

Estagiária de Jornalismo

Bianca Bezerra

Projeto Gráfico

José Luiz Fonseca Jr.

Diagramação

José Luiz Fonseca Jr. / Marcelo Paixão / Maycon Gomes

Capa

Maycon Gomes

Mala Direta e Distribuição

Valéria Melo / Tairone Cardoso

Portal EPSJV

André Antunes

Mídias Sociais

Ana Paula Evangelista

Comunicação Interna

Júlia Neves / Talita Rodrigues

Editora Assistente de Publicações

Gloria Carvalho

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

Tiragem

12.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

Imprimindo Conhecimento

Conselho Editorial

Alexandre Moreno / Alexandre Pessoa / Anakeila Stauffer / Ana Lucia Soutto / André Dantas / Camila Borges / Carlos Maurício Barreto / Etelcia Molinaro / José Orbílio de Souza Abreu / Karol Kobi / Marise Ramos / Raphael Mendonça / Raquel Moratori / Sergio Ricardo de Oliveira



PANORAMA

2

RADAR DOS TÉCNICOS

4

CAPA

O vírus do preconceito 6

ELEIÇÕES

Eleições pandêmicas 14

ENTREVISTA

Eduardo Costa Pinto – ‘A manutenção do teto de gastos não tem a ver hoje com geração de crescimento econômico, de emprego e renda’ 18

EDUCAÇÃO

Formação profissional à distância? 22

ORÇAMENTO

O ano do orçamento fictício 26

DICIONÁRIO

Imunidade de rebanho 31



/EPSJVfiocruz



@epsjv_fiocruz



@EPSJVfiocruz



EPSJV/fiocruz

Receba a Poli: formulário pelo site www.epsjv.fiocruz.br/recebaarevista

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 306
Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro CEP.: 21040-360
Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 comunicacao@epsjv.fiocruz.br

Assine nosso boletim pelo site www.epsjv.fiocruz.br



O PANTANAL E O BRASIL EM CHAMAS

PETER ILICIEV



Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), as queimadas registradas na região do Pantanal brasileiro este ano já devastaram pelo menos 26% da área. Somente no último mês de setembro, 14% do bioma foi consumido pelo fogo. Ainda segundo o Instituto, em comparação com o período de janeiro a setembro de 2019, os focos de incêndio deste ano aumentaram cerca de 210%. Ao todo foram registrados 14.489 focos em 2020, três vezes mais do que em 2019: a maior devastação anual do território.

A Fiocruz divulgou em outubro uma nota técnica sobre os impactos causados pelo incêndio no ecossistema e na saúde humana e de animais silvestres. Os pesquisadores

chamam a atenção para além dos efeitos imediatos da fumaça e do fogo e destacam preocupação com a perda da biodiversidade na maior área alagada das Américas. Segundo os pesquisadores, as áreas de grande biodiversidade natural, dentre vários benefícios para o funcionamento do ecossistema, também possuem o efeito de diluição na transmissão de patógenos. Ou seja, a destruição do local também pode significar o surgimento de novas doenças ou a reemergência de vírus que têm animais como hospedeiros.

No que diz respeito à saúde da população local, a nota técnica avalia a vulnerabilidade das pessoas que estão sendo, neste momento, expostas a altas concentrações de materiais tóxicos das fumaças, como monóxido de carbono (CO), hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs), metais, entre outros. Essa exposição pode causar doenças respiratórias, circulatórias e dermatológicas na população. Para os grupos vulneráveis, como os brigadistas e aqueles que se encontram nos pequenos povoados da região, essa situação é ainda mais preocupante.

Segundo a Fundação, foi enviada uma equipe de especialistas ao Mato Grosso no intuito de fazer uma primeira análise da situação no local. De acordo com a nota, a visita à região pela equipe da Fiocruz tem contribuído para a formação de propostas de trabalho voltadas para o estudo dos impactos, e também para a participação ativa da sociedade e dos serviços de saúde na ampliação da vigilância local.



NOVA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Em meio à pandemia e a suspensão das aulas presenciais, foi criada pelo governo no dia 30 de setembro, por meio do decreto nº 10.502, a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) voltada para estudantes com deficiência. Desde sua publicação, a nova política vem gerando manifestações contrárias de entidades civis que defendem os direitos das pessoas com deficiência e de alguns representantes dos setores Judiciário e Legislativo do país. O argumento contrário é que a nova política amplia desigualdades que atingem esse segmento de estudantes e fere a perspectiva da educação inclusiva, que vinha sendo implementada desde 2008 com a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Em entrevista ao Portal EPSJV, Liliane Garcez, especialista em educação especial da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, afirmou que a mudança cria espaços segregados de aprendizagem para esses alunos. “O objetivo dessa nova política é diferenciar para excluir, o que não tem nada a ver com equidade e nem com inclusão”, opinou.

Também para o Portal EPSJV, o professor do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo

MAÍRA SOARES/FICKR



Inclusão de alunos com deficiência em escolas pode estar ameaçada

(UFES) e representante do Grupo de Trabalho de Educação Especial da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Douglas Ferrari, defendeu que o decreto vai contra a Constituição Federal e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira nº 13.146/2015), além de algumas convenções internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) das quais o Brasil é signatário. “É preciso avançar na universalização da educação inclusiva e não retroceder, como querem”, afirmou. Já tramitam no Congresso projetos de lei, como os dos senadores Fabiano Contarato (Rede-ES) e Mara Gabrilli (PSDB-SP), que visam revogar a nova política.



COMO OS BRASILEIROS VEEM A FIOCRUZ

Como parte das celebrações dos 120 anos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), foi elaborado um estudo que avaliou a reputação da instituição entre os brasileiros. A pesquisa ‘Como brasileiros e brasileiras veem a Fiocruz: um estudo em 12 cidades do país’, foi conduzida pelo Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT), que entrevistou cerca de 1.724 pessoas, entre 18 de maio e 10 de junho de 2020, nas 12 cidades onde a Fiocruz está presente.

Segundo o levantamento, 56,8% da população brasileira afirma que a Fiocruz é a instituição mais importante para o país no que diz respeito à ciência e saúde, e entre os que buscam informações sobre o novo coronavírus, mais de 65% priorizam

o acesso de sites institucionais, como o da Fundação e outras plataformas ligadas à pesquisa científica no campo da saúde. Ainda de acordo com o levantamento, 97,3% das pessoas acreditam que a ciência encontrará a cura para o novo vírus: 45,3% delas apostam que será “logo”, enquanto 52% acham que deve demorar mais um pouco.



REABERTURA DAS ESCOLAS

Um estudo feito pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) apontou que mais de três mil cidades brasileiras não vão reabrir as escolas para aulas presenciais em 2020. O levantamento consultou 3.275 prefeituras e 3.988 gestores locais. De acordo com o mapeamento, cerca de 82,1% das prefeituras alegaram não possuírem condições sanitárias necessárias para a retomada das atividades nas escolas e 93,8% dos prefeitos ainda não souberam definir uma data para esse retorno.

As atividades pedagógicas nos locais de ensino só deverão acontecer a partir da construção de um plano de contingência articulado entre as secretarias de Educação e Saúde. Sobre isso, cerca de 2.811 gestores municipais afirmaram que já fizeram ou ainda estão elaborando um plano de retorno. Dentre eles, a maior parte afirmou que planeja adotar um modelo híbrido de ensino (78,2%), além de articular um retorno gradual das aulas presenciais (74,7%) e construir um sistema de rodízio (70,5%). Enquanto isso, cerca de 97,5% dos municípios pesquisados

vêm realizando atividades remotas com os alunos da Educação Básica.

A CNM ainda ressalta que o retorno requer um investimento em diversas áreas, como na compra de produtos de higiene e equipamentos de proteção individual (EPIs) para toda a comunidade escolar. Também segundo a CNM, a aquisição de EPIs para os estudantes das redes municipais e estaduais em todo o Brasil deve custar cerca de R\$3,2 bilhões para os governos, sendo R\$ 1,8 bilhão desse valor apenas para as escolas municipais.



FUNDEB NA MIRA DO GOVERNO

Na edição anterior da revista Poli, você leu sobre a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 15/2015, que trata do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica (Fundeb). Após a grande vitória, o Fundeb pode sofrer algumas mudanças que não estavam previstas.

A primeira delas é a proposta do governo de utilizar recursos do Fundo para financiar, em parte, o novo programa Renda Cidadã, que seria criado para substituir o auxílio emergencial a partir de janeiro de 2021. O senador Marcio Bittar (MDB-AC), relator da PEC Emergencial 186/2019, que deve instituir o Renda Cidadã, chegou a afirmar em entrevista para a agência de notícias do Senado que os recursos que vierem do Fundeb devem atender famílias a serem incluídas no novo programa que tenham filhos nas escolas. Porém, segundo a coordenadora geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Andressa Pellanda, a proposta de utilização de parte dos recursos do Fundeb para o programa social é inconstitucional. “É um malabarismo do governo para manter um teto da morte”, destaca, referindo-se à Emenda Constitucional 95.

Outra mudança refere-se à proposta de alterar a Lei do Piso Salarial na regulamentação do Fundeb. Com isso, o governo pretende vincular o reajus-

te do piso salarial dos professores da educação básica à inflação, fator que exclui o ganho real garantido hoje pela lei vigente. Para Andressa, a proposta segue a mesma lógica de cortes e é uma política que, se efetivada, gerará impactos negativos na educação. “Os professores são pilar da educação e, sem uma valorização destes profissionais, a qualidade da educação será muito prejudicada. O parâmetro que mais impacta no financiamento por aluno é justamente o investimento em recursos humanos, já que a educação é, em essência, esse lugar de ensino-aprendizagem, esse lugar dialógico entre seus sujeitos,” explica.

ETESB CELEBRA SEIS DÉCADAS DE FORMAÇÃO TÉCNICA EM SAÚDE

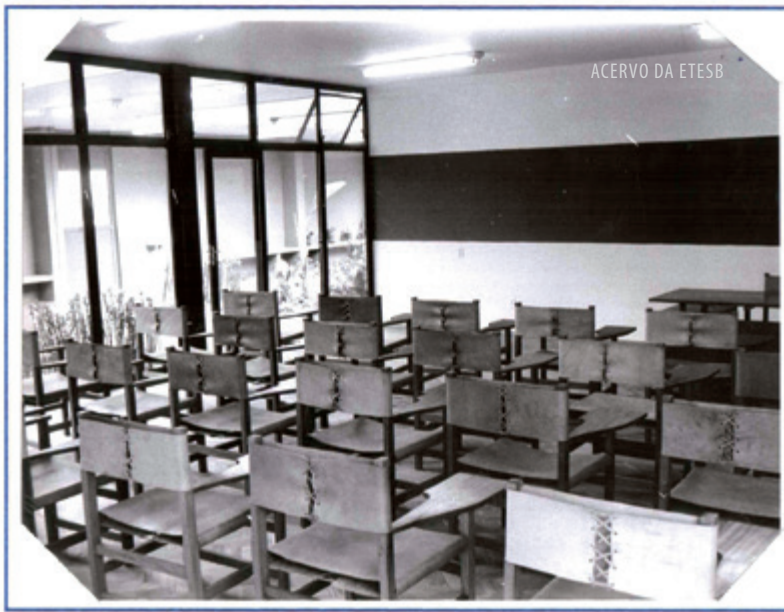
A Escola Técnica de Saúde de Brasília (Etesb) celebra, em novembro de 2020, 60 anos de existência e comprometimento com a Educação Profissional em Saúde. A Escola, que possui um importante papel histórico para o sistema de saúde brasileiro, é um espaço de cursos técnicos e de formação inicial e continuada (FIC), além de especialização pós-técnica, pertencente à Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal (SES/DF), tendo como mantenedora, desde 2001, a Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Fepecs). Com uma relevante atuação para o Sistema Único de Saúde (SUS), no ano de 2004 a Etesb tornou-se integrante da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) – criada pelo Ministério da Saúde para a articulação e construção de conhecimentos na área de Educação Profissional em Saúde no âmbito do SUS. “Ao longo desses 60 anos comemoramos, principalmente, a atuação permanente da Etesb de acordo com a metodologia de interação ensino-serviço-comunidade. Nossos docentes da Etesb são profissionais da rede de saúde do Distrito Federal. Essa característica propicia a consolidação do ‘fazer’ na práxis pedagógica”, resume o professor Carlos Spezia, diretor executivo da Fepecs.

Nascida no mesmo ano da inauguração da cidade de Brasília, em 1960, a partir da Resolução nº 12/1960 do Conselho Diretor da Fundação Hospitalar do Distrito Federal (FHDF), foi chamada de Escola de Auxiliares de Enfermagem de Brasília (EAEB) até o ano de 1973, e tinha por objetivo formar profissionais capacitados para atuar nos recém criados serviços de saúde do Distrito Federal. “Para além da área econômica, Brasília necessitava constituir estruturas públicas nos campos da Educação e da Saúde para atender à demanda populacional crescente. A Etesb foi criada para equacionar, ou reduzir, essa necessidade de recursos humanos capacitados”, explica o ex-diretor da Escola Técnica e doutor em Bioética pela Universidade de Brasília (UnB), Nilceu José Oliveira.

Ao longo dos seus 60 anos, a Etesb passou por inúmeras modificações e chegou a formar cerca de 6.400 profissionais de nível auxiliar e técnico, em sua grande maioria na área de Enfermagem. Já visando ao atendimento das demandas específicas da Secretaria de Saúde do estado, capacitou um número de 3.750 servidores, em áreas como a de Vigilância Ambiental, Agentes Comunitários de Saúde, Saúde da Família, Serviços de Farmácia, Administração de Medicamentos, Aperfeiçoamento em Biossegurança e Qualificação em Saúde do Idoso.

Segundo o ex-diretor, dois pontos da Escola Técnica se destacam, o primeiro refere-se ao processo de gestão participativa adotado pela Etesb, que promove um importante diálogo entre o grupo de gestão, docentes e áreas interessadas da Secretaria de Saúde, enquanto o segundo trata-se da utilização dos cenários da Secretaria de Saúde, como os hospitais, unidades básicas de saúde e unidades especializadas, para a realização das atividades práticas com o corpo discente “proporcionando uma experiência real no treinamento e vivência nas áreas de trabalho do SUS”, ressalta.

Atualmente, a Etesb oferece cursos técnicos em Enfermagem, Segurança do Trabalho, Análises Clínicas, Anatomia Patológica, Hemoterapia, Vigilância em Saúde, Saúde Bucal e Prótese Dentária, além de cursos de especialização profissional técnica de nível médio em Saúde da Família e Saúde da Pessoa Idosa. Também são ocasionalmente oferecidos cursos de menor duração e de interesse da SES/DF. Como Unidade Educacional Profissionalizante na área da Saúde, não importando a especificidade de sub-área, a Etesb está presente em todo o Distrito Federal, e mais, na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE - DF),



Escola de Auxiliares de Enfermagem de Brasília – Sala de aula.

área que envolve outros 33 municípios de Goiás e Minas Gerais, enumera Oliveira.

Oliveira comenta que um dos momentos mais marcantes na história da Escola ocorreu no ano de 1973, quando a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) chegou a reconhecer a instituição como modelo padrão de ensino para a América Latina na área da Saúde. No mesmo ano, uma parceria entre a Escola Técnica e a Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) garantiu 70% das vagas de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem para os alunos da rede pública de ensino, reafirmando uma preocupação inicial da Etesb em desenvolver ações para o desenvolvimento social e econômico da comunidade.

No contexto da pandemia, a crise sanitária deu visibilidade ao importante papel que a Escola Técnica vem desempenhando há seis décadas para o sistema de saúde de Brasília. “Levando em conta o inquestionável papel do SUS brasileiro neste contexto de pandemia, em especial se considerarmos os princípios da universalidade de integralidade, a Etesb, como unidade formadora de recursos humanos para o SUS, tem o atestado de que cumpriu e mantém sua missão sempre ativa. Nossos ex-alunos estão no atendimento emergencial, nas unidades de atendimento intensivo, na coleta de material para exames, no controle epidemiológico, e também nas Unidades Básicas de Saúde, estão distribuídos no Programa de Saúde da Família, na Atenção ao Idoso, no atendimento ao Paciente de Cuidado Paliativo, nos laboratórios realizando os exames emergenciais e de rotina e também estão na Vigilância Ambiental, em visitas às residências e outros locais, porque outras doenças continuam acontecendo”, finaliza.

POLI NO PROGRAMA PARLAMENTO JOVEM

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) terá, pela segunda vez, um representante no programa Parlamento Jovem Brasileiro (PJB), no qual estudantes do ensino médio de escolas públicas e privadas de todo o país têm a oportunidade de vivenciar na prática o trabalho dos deputados federais no Congresso Nacional. Dentre os 78 estudantes selecionados para participar do programa, Vitória Rodrigues, aluna do 2º ano do Ensino Médio, da habilitação de Gerência em Saúde, ocupou a 2ª colocação na lista de classificação e irá para Brasília entre os dias 11 e 14 de maio de 2021.

Para concorrer a uma vaga no programa, os alunos precisaram criar o próprio projeto de lei. O PL elaborado por Vitória institui o Programa de Redução dos Impactos da Violência Urbana nas Escolas (REDUVI) e busca reduzir os impactos no processo de aprendizagem escolar causados por conflitos violentos no entorno de escolas brasileiras. Em um trecho do PL, a aluna ressalta que as escolas são importantes locais para a construção de práticas de cidadania, coletividade, solidariedade e diversos outros valores fundamentais para uma sociedade democrática.

Em entrevista ao Portal EPSJV, Vitória explicou que o projeto foi inspirado em sua própria vivência: “Eu sofri e vi jovens sofrendo com os impactos da violência no ambiente escolar, perdendo aulas e passando por sofrimentos com os tiroteios”.

FORMAÇÃO TÉCNICA EM SAÚDE NA PANDEMIA

Sediado na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e com transmissão ao vivo pela internet, o 9º seminário virtual da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS) reuniu pesquisadores para o debate sobre ‘Covid-19 e a formação dos técnicos em saúde’. O evento, que ocorreu no dia 1º de outubro, trouxe um olhar para o impacto causado pela pandemia no cotidiano das instituições de formação de técnicos em saúde no Brasil e em outros três países: Argentina, Portugal e Moçambique.

A diretora da EPSJV/Fiocruz, Anakeila Stauffer, aproveitou o espaço para refletir sobre como o momento pandêmico amplia e dá maior visibilidade aos efeitos da crise econômica no Brasil, como a desigualdade social, o desemprego e a mortalidade. No que diz respeito à educação, expôs sua opinião sobre as perspectivas que se tem para a formação dos técnicos em saúde no Brasil: não são as melhores.

Já a pesquisadora Bernardina de Souza, do Ministério da Saúde de Moçambique, destacou um dos principais desafios para a aplicação do ensino remoto no país, relacionado à indisponibilidade de internet, *smartphones* e computadores por parte das instituições de formação, bem como dos professores e estudantes. Em Portugal, o pesquisador Mario Maia-Matos, da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESTeSL), revelou que a Escola tem trabalhado para garantir o ensino presencial dentro das condições de segurança indicadas pelas autoridades. Segundo ele, a formação em saúde não pode ser ministrada de forma integralmente remota. “Não se ensina saúde à distância, mas temos que ter a determinação para ultrapassar as dificuldades que nos surgem com soluções reais”, destacou.

Na Argentina, o contexto da pandemia incentivou o lançamento do Programa Nacional de Formação de Enfermagem (Pronafe), parte do Instituto Nacional de Educação Tecnológica, do Ministério da Educação da Argentina. Segundo o pesquisador Gabriel Muntaabski, do Instituto Nacional de Educación Tecnológica (Inet), o programa atua no desenvolvimento de formadores voltados para a capacitação de profissionais de saúde na prevenção da Covid-19. “O Pronafe formou 3.140 formadores, que atuam em 484 instituições de saúde em 247 localidades onde, por sua vez, já capacitaram mais de 35 mil trabalhadores da saúde”, resumiu.

‘CUIDANDO DE QUEM CUIDA’

Muitos trabalhadores tiveram suas rotinas afetadas pela pandemia de Covid-19, principalmente a categoria de cuidadores de idosos, que lida diariamente com o grupo mais vulnerável ao novo vírus. A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), visando apoiar esses profissionais em questão, lançou no dia 1º de outubro – conhecido como o dia Nacional da Pessoa Idosa, mais uma ação do projeto de ensino e pesquisa ‘Cuidando de quem cuida’. Desta vez, foram divulgados materiais audiovisuais com a participação de especialistas, de modo a produzir um conteúdo informativo e orientativo sobre os cuidados que devem ser tomados para com os idosos durante a pandemia. Dentre os temas abordados estão, por exemplo, como estimular a memória da pessoa idosa e como manter o idoso fisicamente ativo com exercícios simples feitos em casa.

“O cuidado muitas das vezes é uma atividade desvalorizada, que não recebe o reconhecimento devido. No contexto de uma pandemia, cujo principal grupo de risco é o das pessoas idosas, a sobrecarga de trabalho e a responsabilidade das pessoas que cuidam – tanto familiares como também as cuidadoras remuneradoras – é enorme. A ideia de cuidar de quem cuida visa produzir informações que possam apoiar as pessoas cuidadoras e, conseqüentemente também as pessoas que são cuidadas por elas”, é o que explica o professor-pesquisador da EPSJV/Fiocruz Daniel Groisman, que coordena o projeto ao lado da pesquisadora do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), Dalia Romero.

O material lançado é apenas uma das ações do projeto financiado pelo Programa Inova Fiocruz, que já lançou uma cartilha orientativa para cuidadores, e que abrange ainda a pesquisa ‘Avaliação das condições de trabalho e saúde de cuidadoras de pessoa idosa em tempos de COVID-19’.

O VÍRUS DO PRECONCEITO

A partir de um retrato das condições de vida e saúde da população negra no Brasil, especialistas discutem por que a pandemia atingiu e matou mais pretos e pardos

Cátia Guimarães

Maria tinha 63 anos. Era obesa, hipertensa e diabética. Dormia no emprego, uma residência do bairro nobre do Leblon, onde trabalhava como doméstica. Foi a primeira vítima fatal do coronavírus no estado do Rio de Janeiro, um dos mais atingidos pela Covid-19. Sim, a notícia é velha. Mas muito mais antigo do que ela é o fenômeno que essa tragédia ajuda a ilustrar: o racismo estrutural como um determinante das condições de saúde e doença das pessoas. Talvez tenha passado despercebido, mas parece cada vez mais necessário não esquecer: Maria era negra.

O nome é fictício. Já a história, mais do que verdadeira, é “emblemática” da desigualdade entre negros e brancos que tem se expressado também nos índices de mortalidade da pandemia, como caracteriza Silvania Caridé, pesquisadora em saúde pública especialista em estatísticas vitais e populações vulneráveis. Dados de estudos diversos mostram que a contaminação pelo novo coronavírus cresceu mais entre pretos e pardos e que, mesmo nos momentos iniciais, quando a pandemia atingia mais as classes média e alta, onde se concentra a população branca, a mortalidade era maior entre os negros. E o fato é que, embora atualizado pelos números da Covid-19, esse resultado não é propriamente uma novidade: “Os indicadores de saúde há muito tempo são piores para a população negra, homens e mulheres, com altas taxas de mortalidade precoce e mortes por causas evitáveis. Junto com a condição de vida, temos a pior qualidade da atenção do sistema de saúde em termos de promoção, prevenção e cuidados diretos aos agravos. Isso tem sido uma constante na história do Brasil: o desfecho para a população negra tem sido pior”, lamenta a médica e pesquisadora Jurema Werneck, diretora executiva da Organização Não-Governamental Anistia Internacional.

Que dados são esses?

A primeira informação importante sobre a situação da população negra na pandemia é exatamente que falta informação. Embora no Brasil o registro de cor e raça seja obrigatório nos prontuários de saúde desde 2017, só a partir da segunda semana de abril esse dado em relação à Covid-19 começou a ser divulgado nos boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde. E a mudança se deu por pressão de entidades da sociedade civil, como a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e a Coalizão de Negros por Direitos, que fizeram uma carta pública denunciando essa ausência. Em maio,



LEONARDO LEÃO

provocada pela Defensoria Pública e pelo Instituto Luiz Gama, a justiça tornou obrigatório esse registro. Não resolveu mas, pelo menos em alguns lugares, a situação melhorou um pouco: segundo Bianca Leandro, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSV/Fiocruz), que participa da equipe de elaboração do Boletim Socioepidemiológico Covid-19 nas favelas, entre a primeira edição do documento, que se refere ao período de março a junho, e a segunda, que analisa os dados de junho a setembro, o percentual de casos no município do Rio de Janeiro em que o campo de raça e cor foi preenchido como “ignorado” caiu de 45% para 14,18%. Ela aponta alguma melhora da informação também no registro dos óbitos: nos dados analisados para o primeiro boletim, 42% não traziam o registro sobre raça e cor, enquanto no segundo essa ausência caiu para 20,15%. Ainda assim, outras pesquisadoras ouvidas pela reportagem apontam que, em nível nacional, há vários períodos da pandemia em que um número significativo de casos não tem essa informação. E esse não é o único problema. “Essa informação foi colocada nos boletins, mas tinha uma qualidade muito ruim porque não levava em consideração a residência das pessoas, não estava relacionada à idade, aos locais de moradia, à ocupação, entre outras determinantes sociais que são importantes para o monitoramento que nos permite desconstruir a desigualdade”, resume Edna Araújo, pesquisadora da Universidade Estadual de Feira de Santana e coordenadora do Grupo de Trabalho de Racismo e Saúde da Abrasco, que faz um apelo aos profissionais de saúde para que registrem essa informação: “Perguntar sobre como as pessoas se consideram do ponto de vista de pertencimento identitário racial não significa cometer racismo, nem segmentar grupos populacionais. Nossas pesquisas na epidemiologia têm mostrado que quando a gente compara quem é branco e pobre com quem é negro e pobre, ainda assim a gente observa diferenças que não estão explicadas pela pobreza. Então tem algo mais aí. E a gente sabe que o racismo é um dos determinantes que podem estar contribuindo para que haja essa diferença. E os profissionais de saúde podem contribuir muito para que a gente tenha cada vez mais conhecimento sobre essa questão e possa desconstruir isso”.

No esforço de montar um verdadeiro quebra-cabeça que revelasse o cenário da pandemia, Edna é uma dos sete autores de um artigo que tenta extrair conclusões dos poucos números disponíveis, comparando Brasil e Estados Unidos. Ainda em fase de *pre-print* (quando a aprovação para publicação em periódico não foi



por Covid-19 eram de pessoas brancas e apenas 23,9% de negros – somando-se pretos e pardos. Cinco semanas depois, esses percentuais praticamente empataram, “mas com uma discreta diferença a maior entre os negros”, como resume o artigo. No fim das contas, apesar da ausência de tantos registros sobre raça e cor, o levantamento feito por Edna e outros pesquisadores arrisca concluir que 61% das mortes por Covid-19 no período estudado se deram entre pessoas pretas e pardas, uma taxa maior do que a representação desse segmento no total da população brasileira, que é de 54,8%.

Um olhar segmentado sobre algumas capitais parece confirmar esse pior cenário para a população negra: em Manaus, no período de 27 de março a 10 de outubro, de acordo com cálculos do pesquisador Jesem Orellana, da Fiocruz Amazônia, a partir do sistema de informação oficial do município, 79,5% dos mortos por SRAG/Covid-19 eram pardos, contra 1,5% de pretos e 11,2% de brancos. Em quase 5% dos registros não havia a informação sobre raça e cor. Também na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com dados coletados e analisados pelo Boletim Socioepidemiológico Covid-19 de favelas, a taxa de incidência da doença por raça e cor é maior na população negra em todas as tipologias analisadas, chegando a quase dobrar nos bairros sem favelas. No total, entre os mortos pela doença no período de fins de junho a final de setembro no Rio de Janeiro que tiveram a cor de pele identificada, 48,19% eram negros e 31,12% eram brancos.

Condições de moradia e trabalho ajudam a explicar contaminação

Para a parcela da população brasileira que está desempregada ou ocupando os piores postos de trabalho, em geral na informalidade, a ‘bandeira’ do #FiqueEmCasa tinha limites claros como única estratégia para reduzir a contaminação pelo novo coronavírus. Para os grupos sociais que moram nas periferias e favelas, em locais sem condições de saneamento, residências pequenas e com aglomeração, o isolamento e a higienização mais intensa não foram propriamente uma opção. E, nos dois casos, o protagonismo dessa carência recai sobre a população negra do país. “A maioria da população em situação de vulnerabilidade é negra. Quando a gente fala da população de rua, nós estamos falando de uma maioria negra. Quando a gente fala da população privada de liberdade, a maioria também é negra”, ilustra Edna.

Os dados oficiais mais recentes sobre local de moradia segmentados por raça e cor em nível nacional são do censo de 2010, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e mostram que, em São



Cuidadoras de idosos são maioria mulheres e negras

concluída), o texto se baseia na análise de 21 boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde publicados até julho deste ano. O levantamento cita, por exemplo, o Boletim nº 16, destacado como especial e referente à semana de 17 a 23 de maio, que aponta 43,1% de mortalidade entre os brancos, 47,3% entre os pardos e 7,5% entre os pretos. Esses números, no entanto, excluem 4.425 mortes, para as quais não havia informação sobre raça e cor de pele. Outro boletim especial (nº 17), com dados da mesma semana epidemiológica, mostra um cenário ainda mais revelador: mesmo a internação em função da Covid-19 sendo maior entre brancos – 49%, contra 42% de pardos e 7,1% de pretos –, o número de óbitos foi mais alto entre os negros: 49,6% de pardos e 7,4% de pretos contra 41% de brancos. Em ambos os cálculos, ainda chama atenção o número de casos em que a informação sobre cor e raça foi ignorada: 19.226 no das internações e 6.245 no total de mortes.

Na mesma semana epidemiológica, situação semelhante se encontra nos dados referentes às gestantes: nessa condição, o número de mulheres negras contaminadas foi o dobro do de mulheres brancas – 48% e 24,2%, respectivamente. A diferença na mortalidade foi ainda maior: 55,5% das gestantes negras que contraíram Covid-19 morreram, desfecho que atingiu apenas 13,9% das brancas. E as desigualdades não reduzem com o tempo: segundo os pesquisadores, na semana entre 28 de junho e 4 de julho, por exemplo, morreram três vezes mais gestantes pardas do que brancas. Apesar de os números serem preocupantes, parte significativa deles ainda é ignorada em função da falta de registro sobre cor e raça também nesses casos.

A análise comparativa dos boletins publicados entre abril e o início de julho confirma, também no quesito raça e cor, a percepção de que a pandemia chegou ao Brasil por meio das classes média e alta e foi se espalhando entre as populações mais pobres – segmento que engloba majoritariamente os negros no Brasil. A hospitalização de brancos em decorrência da Covid-19 foi se reduzindo quase na mesma proporção em que aumentou a de pessoas pardas, até um momento em que os números praticamente se encontraram. A partir daí, eles se estabilizaram, mas com uma leve superioridade entre a população que se declara parda. Resultado semelhante encontraram os autores do artigo ‘Desigualdades raciais e morte como horizonte: considerações sobre a Covid-19 e o racismo estrutural’, publicado nos Cadernos de Saúde Pública, que analisaram boletins epidemiológicos num período mais curto, entre abril e maio. O texto mostra que, em 11 de abril, 73% das hospitalizações

Paulo, maior município do país, 18,7% das pessoas negras viviam em “aglomerados subnormais”, um nome técnico para designar favelas. Já na população branca, esse número era de 7,3%. Também no Rio de Janeiro, a presença de negros em favelas era mais do que o dobro de brancos: 30,5% contra 14,3%. Um levantamento sobre ‘Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil’ publicado pelo IBGE em novembro do ano passado, reunindo dados de estudos diversos, detalha um pouco mais essas condições, que podem ser consideradas fatores de maior vulnerabilidade da população negra em relação à contaminação pelo novo coronavírus. Um exemplo é que a quantidade de pretos e pardos vivendo em situação de “adensamento excessivo” é quase duas vezes maior do que de pessoas brancas – 7% contra 3,6%. A falta de acesso à água – necessária para a higienização das mãos na prevenção da Covid-19, por exemplo – também atinge mais os negros: 17,9%, enquanto 11,5% dos brancos vivem o mesmo problema.

Foi também a população negra que teve maior dificuldade de se adequar ao isolamento social quando isso dependia da flexibilização do trabalho. “Foi se formando uma série de arranjos que eram vitais porque as pessoas precisavam sobreviver, precisavam continuar buscando trabalho de alguma maneira. E evidentemente elas estão muito expostas porque moram nas periferias e dependem do transporte coletivo para se deslocarem para um centro mais dinâmico. É uma exposição muito maior de uma população que tinha menos acesso à proteção social, a emprego com carteira e que está mais na informalidade e no trabalho por conta própria”, resume Marilane Teixeira, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), explicando que nesse grande grupo estão incluídos vendedores ambulantes, cabeleireiras, manicures, entregadores, trabalhadores do comércio e empregadas domésticas, como a Maria que abre esta reportagem, entre muitas outras ocupações. “Essa população teve que continuar se virando”, conclui.

E aqui, mais uma vez, os números não deixam dúvidas. Os negros são maioria entre os desempregados, entre os que estão na informalidade e nos postos de trabalho mais precários, incluindo várias atividades que têm sido consideradas essenciais durante a pandemia. A partir de dados do IBGE referentes ao último trimestre de 2019, a pesquisadora da Unicamp elaborou para esta reportagem uma tabela com o percentual de negros e brancos ocupados em dez grandes categorias de atividades consideradas essenciais. Em apenas duas delas – a fabricação de produtos farmacêuticos e ações ligadas à saúde humana – os negros não são maioria. No setor de alimentação, por exemplo, que envolve restaurantes e outros serviços, 59,2% são pretos e pardos. No comércio de produtos alimentícios, farmacêuticos e afins, eles são 57,8%. “A pessoa que trabalha no comércio, principalmente em supermercado, nas grandes redes varejistas, tem um nível de exposição muito elevado [ao novo coronavírus]. Uma caixa de supermercado atende centenas de pessoas durante o dia”, detalha Marilane.

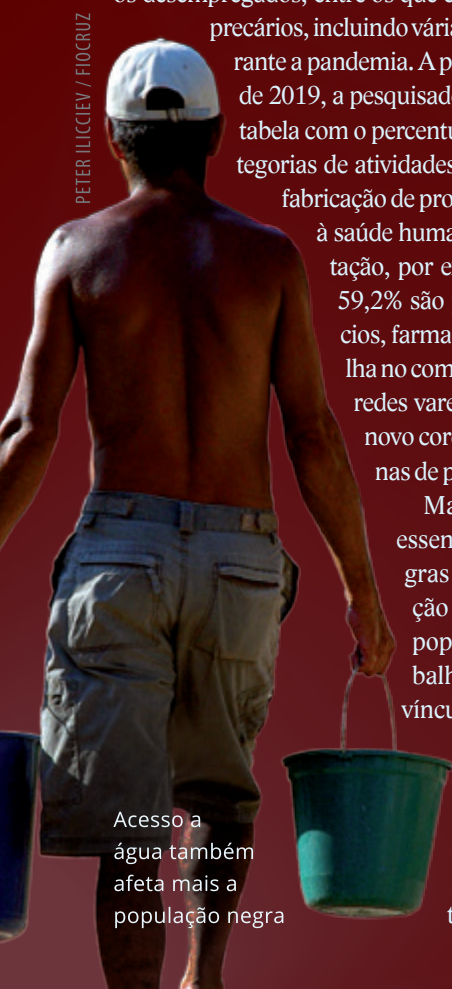
Mais invisível aos centros urbanos, o tipo de atividade essencial que emprega o maior percentual de pessoas negras é aquela vinculada à “agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura”, onde esse segmento populacional representa 62,8% de toda a força de trabalho. E é aqui também que está a maior proporção de vínculos informais: nada menos do que 81,3% não têm carteira assinada ou trabalham por conta própria. Outras duas categorias de atividades essenciais, ambas de maioria negra, apresentam mais da metade da força de trabalho na informalidade: o setor de alimentação e o de transporte terrestre. Neste último caso, pretos e pardos somam 55,3% do total de

trabalhadores e representam maioria em todas as ocupações segmentadas: condutores de ônibus, caminhões e automóveis, motocicletas, entre outros.

Ainda que não sejam maioria no conjunto das atividades relacionadas à saúde humana – sobretudo em função da superioridade numérica dos brancos entre os médicos, que chega a 81,5% –, os negros representam a maior parcela dos trabalhadores de nível médio da saúde, que também estiveram na linha de frente do combate à Covid-19. Entre auxiliares e técnicos de enfermagem, eles chegam a 57,2% e nas outras profissões de nível médio somam 63,7%.

Se, por um lado, os trabalhadores da saúde se expuseram ao maior risco de contaminação pelo novo coronavírus em função das exigências de um emprego específico – inclusive com a prevalência absoluta de vínculos formais de trabalho –, para uma grande parcela da população negra a exposição se deu exatamente pelo motivo oposto. Isso porque os negros foram também os mais atingidos pelo desemprego no período da pandemia. A comparação entre o número de ocupados no primeiro e no segundo trimestre deste ano, portanto antes e depois da chegada do coronavírus, mostra que, embora em ambos os períodos o número absoluto de negros ocupados seja maior do que o de brancos – em coerência com a sua superioridade numérica no total da população –, a quantidade de pessoas pretas e pardas que saíram do mercado de trabalho foi muito superior a de brancos. Segundo o boletim ‘Emprego em pauta’ produzido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e divulgado em outubro, 7,6 milhões de pessoas negras e 4,4 milhões de brancos perderam sua ocupação entre o primeiro e o segundo trimestre de 2020.

Diante desse cenário, a ‘solução’ foi ‘se virar’, ampliando as fileiras do trabalho por conta própria que, mesmo antes da pandemia, já eram ocupadas majoritariamente por negros. E, claro, se expondo mais ao novo coronavírus. Ainda de acordo com a pesquisadora da Unicamp, do total de pretos e pardos ocupados no primeiro trimestre deste ano, 53,4% estavam na informalidade – categoria na qual, diferente do IBGE, ela inclui os que trabalham



PETER ILICIEV / FIOCRUZ

Acesso a água também afeta mais a população negra

por conta própria. Entre os brancos ocupados no mesmo período, 45,4% eram informais. “O trabalho por conta própria é o que a gente chama de ‘viração’. As pessoas geram a sua própria demanda, ou seja, eu vou fazer doce em casa para tentar vender na rua, se não vender, volto para casa com tudo. Ou vou trabalhar como cabeleireira, como manicure, motorista de uber, entregador, vendedora a domicílio...”, exemplifica Marilane, explicando que essa é a característica predominante do mercado de trabalho brasileiro hoje em geral, mas sempre com maior impacto sobre a população negra.

E essa é a típica situação de trabalho que não permite parar para fazer isolamento social. “[Durante a pandemia], muitas trabalhadoras, por exemplo, cabeleireiras e manicures, acabaram prestando serviço nas casas ou atendendo na garagem. Eu vi um caso aqui em Pinheiros [SP] de manicures trabalhando na frente dos prédios para não ter que entrar no domicílio”, relata. Já aqueles que tinham um vínculo de trabalho quando a pandemia chegou também não foram em maioria beneficiados pelas medidas que visavam ampliar a

possibilidade de isolamento social, na avaliação da pesquisadora. “Mesmo a população negra que está inserida no mercado de trabalho formal está normalmente naquelas empresas menores, que não tinham como bancar antecipação de férias e teletrabalho, por exemplo, inclusive porque o trabalho que elas exercem não se adapta [a esse formato] porque atuam nas máquinas, na linha de produção”, explica Marilane, comparando com os profissionais de grandes empresas e servidores públicos, em maioria brancos, que, em alguns casos,

No meio da pandemia, tinha um quilombo...



“Em relação aos quilombolas, não há dado nenhum”. A denúncia é de Givânia Silva, pesquisadora e militante que integra a Coordenação Nacional das Comunidades Negras Quilombolas (Conaq), referindo-se às informações sobre contaminação e morte por Covid-19 entre as populações negras que vivem nos mais de 400 territórios oficialmente reconhecidos como quilombos no país. Em meio a uma pandemia que rapidamente se interiorizou, a solução foi produzir uma espécie de ‘sistema de informação paralelo’. Foi assim que a Conaq, em parceria com suas representações estaduais e com o Instituto de Saúde Ambiental (ISA), criou o Observatório da Covid-19 nos Quilombos. “Tanto as secretarias de saúde como o próprio Ministério da Saúde têm negligenciado uma atenção específica em relação às comunidades negras”, diz o texto de apresentação do Observatório, indicando que, além da subnotificação, o acompanhamento feito por moradores apontou também outros problemas, como as dificuldades de pessoas com sintoma fazerem exame. “Sabe aquilo que diz: teste um, [deu positivo], isola e vai testar os outros? Então, não é verdade. Esse protocolo não é real, pelo menos nos casos que a gente tem acompanhado”, detalha Givânia.

São variadas, inclusive, as condições de acesso aos serviços de saúde. Por isso, o Observatório também sistematizou as informações oficiais sobre a disponibilidade de hospitais, com ou sem Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), em cada estado e município que tem quilombo no Brasil. “No mundo real nem todas as comunidades quilombolas acessam com regularidade e sistematicamente os serviços de saúde”, lamenta Givânia, que completa: “A pergunta não é o que a pandemia trouxe mas como estavam os quilombos quando a pandemia chegou”.

De todo modo, os dados do Observatório ajudam a dar visibilidade ao impacto da Covid-19 sobre essas populações: até 17 de outubro, 167 quilombolas tinham morrido pela doença, mais de 4,6 mil tinham sido contaminados e outros 1,2 mil estavam sendo monitorados. O estado com maior número de óbitos foi o Pará, totalizando 46 em comunidades espalhadas por 18 municípios. No segundo lugar do *ranking* vem o Rio de Janeiro, com 37, mas aqui o que se destaca é a situação da capital que, sozinha, concentrou 30 mortes. “No caso de regiões de turismo, os casos se propagam mais rápido”, explica Givânia, relatando que, em muitos casos, as comunidades tentaram forçar o isolamento, criando inclusive barreiras físicas, mas sem muita autonomia em relação aos governos municipal e estadual. Além disso, diferente do perfil mais comum dessas comunidades no país, a cidade do Rio de Janeiro concentra quilombos urbanos, que podem reproduzir também condições de moradia que facilitam a disseminação do vírus.

Mas se a aglomeração não é propriamente um problema da maioria dos quilombos brasileiros, que ficam em áreas rurais, outras carências, como a dificuldade de acesso à água e a produtos como álcool gel, por exemplo, sacrificam essa parcela da população negra tanto ou mais do que aquela que vive nas periferias das cidades, impedindo os cuidados de higienização necessários à proteção contra a Covid-19. “Não chega encanamento, não chega água, não chega energia de qualidade, internet muito menos”, resume Givânia lembrando também a dificuldade que as famílias vêm enfrentando para acompanhar novidades como o ensino remoto.

Com formatos distintos, a mobilização social dessas comunidades pela própria sobrevivência tem sido um marco desse período, segundo Givânia. O próprio monitoramento do território, que permite a alimentação dos dados do Observatório, é um exemplo desse tipo de ação. Mas houve também outros tipos de organização, como a produção de sabão e busca de doações que reduzissem o deslocamento dos quilombolas das áreas rurais para as cidades. “Temos muitos exemplos de medidas que deveriam ser políticas públicas, mas que, como não existem essas políticas, foram tomadas pelas próprias comunidades”, conta, e conclui: “Estamos operando com um mecanismo de defesa porque quando morre uma mulher quilombola, morre uma história, uma história que não está escrita nos livros. É a história da memória que vai com aquele corpo”.



VIRIN RESENDE / MÍDIA NINJA

tiveram alternativas como *home office*, banco de horas, férias antecipadas, entre outros. “A gente vê essas pessoas tendo que trabalhar em ônibus lotados, elas não podem optar por *home office*, porque o trabalho que desenvolvem não se adequam ou porque o grau de exploração e subordinação faz com que as empresas e os patrões não dirijam o seu olhar para o cuidado dessa pessoa [de modo a] criar estratégias para elas fazerem seu trabalho remoto. Essas pessoas são obrigadas a ir para garantir o seu salário”, resume Jurema Werneck.

O caso da Maria que abre esta reportagem é um exemplo típico. É bem verdade que o trabalho doméstico não foi oficialmente assumido como atividade essencial durante a pandemia – embora, no Pará, o governador tenha chegado a propor essa inclusão. Mas a pressão econômica – o medo do desemprego e a necessidade de sobreviver – pesou mais do que os decretos governamentais. E, como de costume, castigou mais a população negra. Isso porque, segundo um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), dos 6,2 milhões de trabalhadores domésticos que existiam no Brasil em 2018, 3,9 milhões eram mulheres negras. “Do total de ocupadas no mercado de trabalho, 18,6% das mulheres negras exerciam trabalho doméstico remunerado, proporção que cai a 10%, quando se trata de mulheres brancas”, resume o texto, intitulado ‘Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da Pnad Contínua’. Em termos proporcionais, os trabalhadores domésticos sem carteira assinada foram os que mais perderam ocupação durante a pandemia: 31%, equivalente a 1,3 milhões de pessoas, segundo o estudo do Dieese. Entre os que tinham vínculo formal de trabalho doméstico, 10% perderam o emprego. “De qualquer forma, você tem milhões de pessoas que continuaram ocupadas e isso é sinal de que elas continuam tendo que comparecer ao seu local de trabalho. Principalmente quem trabalha no cuidado com idosos”, deduz Marilane. De fato, esses números agrupam uma variedade de atividades que inclui até parte da área da saúde, já que os cuidadores de idosos são frequentemente contratados como trabalhadores domésticos. E aqui também a questão racial se apresenta: resultados preliminares da pesquisa nacional sobre condições de trabalho e saúde de cuidadoras de pessoa idosa, coordenada pelo professor-pesquisador da EPSJV/Fiocruz Daniel Groisman, mostram que apenas 39% das cuidadoras remuneradas se declararam brancas. Ainda que não sejam definitivos e não tenham sido ponderados, Groisman considera que esses dados são “coerentes com as características do emprego doméstico” no Brasil.

Medo da violência de Estado: um ingrediente a mais

Como se tudo isso não bastasse, parte da população negra precisou lidar ainda com um outro obstáculo. Numa cartilha com orientações sobre a Covid-19 para favelas e periferias produzida no final de abril, o Grupo de Trabalho sobre Saúde da População Negra da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC) aponta como a simples aparência física tem justificado a violência das forças de segurança, principalmente sobre homens negros. E por isso, o uso de máscara, que deveria proteger da Covid-19, pode se tornar um fator de risco para outra causa de morte, que recai majoritariamente sobre esse mesmo segmento. Afinal, dados referentes a 2018 publicados no último Atlas da Violência produzi-

do pelo Ipea mostram que 75,7% das vítimas de homicídios no Brasil são negras, principalmente jovens do sexo masculino. Não há informações sistematizadas em nível nacional sobre o quanto desse total se refere à violência policial. Mas os números do Monitor da Violência, iniciativa do Fórum de Segurança Pública junto com o site G1, afirmam que, no primeiro semestre deste ano, boa parte dele vivida em plena pandemia, aumentou em 7% a morte de pessoas causada por intervenções policiais. Quando questionadas sobre a cor ou raça das vítimas, apenas 15 secretarias estaduais de segurança pública tinham registro dessa informação e, mesmo assim, algumas com baixo preenchimento desse campo. Ainda segundo o Monitor, considerando-se apenas os casos em que a informação sobre cor ou raça estava completamente preenchida, mais de 75% das pessoas mortas por policiais no Brasil são negras. “Nesse momento, temos as autoridades pedindo que todos usem máscaras em público, e seria algo que pode, certamente, ser visto como um adereço que colocaria homens negros como ‘suspeitos’. Sabemos que isso pode provocar receio de que homens negros sejam mais abordados e não usem as máscaras”, diz o texto da cartilha para favelas e periferias, que chega a fornecer “dicas de sobrevivência” relacionadas a essa preocupação: priorizar máscaras industrializadas ou aquelas distribuídas pelos movimentos comunitários locais para garantir a identificação com o território; evitar improvisar lenços, bandanas e camisas amarradas no rosto no lugar da máscara; evitar cores escuras e outros apetrechos, como boné e capuz, que escondam mais o rosto; entre outras. Pela mesma razão, um condado do Oregon, nos Estados Unidos, chegou a excluir os negros da obrigatoriedade de usar máscaras em meio à pandemia para evitar que fossem ‘confundidos’ com criminosos.

Por que matou mais: condições de saúde antes da pandemia

É importante observar que não necessariamente as razões que levam a um maior contágio pelo coronavírus são as mesmas que aumentam a mortalidade num segmento populacional. Por isso, pesquisadoras ouvidas pela reportagem ressaltam que, para entender por que os negros estão morrendo

mais de Covid-19 no Brasil, é preciso um olhar atento e amplo sobre o acesso dessa população aos serviços de saúde e sobre o seu perfil epidemiológico. Só não se pode esquecer o quanto tudo isso depende diretamente das condições de vida em geral. “A mortalidade é maior porque a população negra acumula mais morbidades e tem dificuldade de acesso, então pode chegar ao serviço em um momento mais tardio”, explica Emanuelle Goes, pesquisadora do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para a Saúde (Cidacs) da Fiocruz Bahia.

Ainda que algumas comorbidades da Covid-19, como a diabetes e a hipertensão arterial, sejam historicamente tratadas como mais prevalentes na população negra, os dados mais atualizados não confirmam propriamente esse cenário. De fato, a mortalidade de pretos e pardos no Brasil tem seguido a mesma tendência da população em geral, com as doenças crônico-degenerativas como as principais causas, mas sem diferenças abruptas quando se analisam os números segmentados por cor e raça. Em 2019, segundo os dados preliminares do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, morreram mais negros do que brancos de doenças hipertensivas – 26.209 contra 25.223 –, mas a diferença não chega a ser alarmante, como acontece com outros agravos – para se ter uma ideia, o volume de vítimas fatais de causas externas, principalmente acidentes e violência, entre os negros supera em mais 30 mil o de brancos. Da mesma forma, várias causas relacionadas ao parto e puerpério apresentam números muito mais altos entre mulheres pretas e pardas.

Já quando se observam as mortes decorrentes da diabetes, os dados discriminados por cor e raça também mostram um quase empate, mas ainda com uma superioridade numérica entre os brancos – foram pouco mais de 32 mil mortos pela doença em 2019, enquanto, entre os negros, foram 31.300. Na verdade, entre as principais comorbidades da Covid-19, aquela cujos dados de mortalidade mais recentes apontam uma situação consideravelmente mais grave para a população negra é a tuberculose: em 2019, o total de negros mortos pela doença no Brasil foi mais que o dobro de brancos, 2.916 contra 1.419.

Apesar disso, um inquérito feito por telefone nas 27 capitais brasileiras em 2018, o

Vigitel População Negra, aponta um conjunto de outras condições de saúde que podem ser importantes para entender uma maior fragilidade dessa população também diante da Covid-19. Um exemplo? Embora o percentual de fumantes seja igual, os negros superam em muito os brancos na condição de fumantes passivos, tanto em domicílio quanto no trabalho. Há uma ligeira elevação também no total de negros com excesso de peso e com obesidade, uma diferença que aumenta quando se comparam apenas as mulheres. Juntando-se todas as variáveis mapeadas pelo Vigitel, o pior cenário se mostra em relação à alimentação saudável: negros perdem no consumo regular de frutas e hortaliças, ganham no consumo regular de refrigerantes e no uso abusivo de álcool. Praticamente o único dado positivo é que eles se mostram ligeiramente menos sedentários. “O racismo estrutural impediu a população negra de ter acesso a outras formas de vida, inclusive mais saudáveis”, diz Silvania. E esse pode ser um exemplo do que Emanuelle Goes destaca como “fatores modificáveis”, criticando as perspectivas que muitas vezes tentam reduzir algumas doenças que marcam o perfil de mortalidade da população negra a uma explicação genética. “Condições de vida, alimentação saudável, ter acesso a bem-estar, ao lazer, uma vida sem muita violência: tudo isso são fatores modificáveis pela sociedade e que podem [definir] se você vai ter ou não uma doença”, explica.

Em relação à Covid-19, Jurema Werneck destaca que “na lista de fatores que poderiam levar a um desfecho pior”, o único que não ‘joga’ contra os negros é a idade, já que a expectativa de vida dessa população é menor – alguns estudos associam essa perda de anos de vida mais diretamente aos efeitos da violência. De fato, a análise dos dados de mortalidade segmentados por cor e raça e faixa etária mostra um claro cenário de morte precoce da população negra comparada à branca. Em 2019, pretos e pardos somados morreram mais em todas as faixas etárias até os 59 anos. Já as mortes de brancos concentram-se principalmente nos três níveis mais altos, que vão dos 60 até mais de 80 anos, onde são maioria em relação aos negros. “A população negra tem um diagnóstico mais tardio das suas doenças”, afirma Emanuelle, dando o exemplo do câncer de mama que, segundo ela, nas mulheres negras costuma ser identificado já em estágio avançado, aumentando o risco de morte.

Dificuldade de acesso aos serviços e mortalidade

Mas por que isso acontece? As razões para dificuldade de acesso são diversas. E trazem de volta alguns dos determinantes já discutidos em outros pontos desta reportagem: moradias mais distantes do centro e jornadas de trabalho mais longas, além de falta de informação e uma certa desconfiança sobre o acolhimento e o cuidado podem ser obstáculos à procura dos serviços de saúde. “A população negra vive em favela e periferia, onde os serviços estão distantes demais ou os que estão perto não têm qualidade suficiente para cuidar do básico. Quando a pandemia chegou, a Estratégia de Saúde da Família que, em tese, estaria mais perto dessa população, estava terminando de ser desmantelada”, situa Jurema Werneck, completando: “Às vezes é pela distância, pela dificuldade da própria pessoa de se deslocar para o atendimento. E fora isso tem o fator subjetivo: em uma parcela menor, que não foi mensurada, eu acho que a expectativa de ser maltratado também contribui para essa dificuldade do acesso”.

Para os problemas ou para as soluções, aqui o centro do debate é o SUS, o Sistema Único de Saúde. Isso porque uma informação importante confirmada pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019, divulgada em agosto deste ano, é que a proporção da população negra que tem plano de saúde varia entre 20% nas pessoas pardas e 21% nas pretas, enquanto na população branca chega a 38,8%. “Acima de 80% da população negra é SUS dependente”, resume Silvania. Quase como um desdobramento desse dado, a pesquisa mostra que quase 76% das pessoas pretas e 73,6% dos pardos utilizaram o serviço de internação do Sistema Único de Saúde, número que cai para 53,6% entre os brancos. É razoável, então, supor, que foi também ao SUS que recorreu a parcela significativa dessa população que foi contaminada pelo novo coronavírus.

Ainda segundo a última PNS, o número de pessoas que consultaram um médico nos 12 meses antes da entrevista cresceu significativamente em todas as categorias em comparação a 2013, data da pesquisa anterior. E isso, de acordo com o texto, vale tanto para negros

quanto para brancos. Apesar de não apresentar os dados discriminados por cor e raça, o estudo dá destaque à proporção de pessoas brancas nessa situação (79,4%). O mesmo levantamento aponta que, tendo como referência as duas semanas anteriores às perguntas, 20,2% das pessoas brancas tinham procurado atendimento de saúde, número mais próximo da população preta (19,1%) do que da população autodeclarada parda (17%). De modo geral, 86% dessas pessoas que procuraram atendimento conseguiram, embora só 73,6% tiveram êxito da primeira vez, o que o estudo aponta como uma queda significativa do acesso em relação a 2013, quando mais de 95% foram atendidos na primeira tentativa.

Todos esses dados fornecem, de alguma forma, um retrato da dependência e do acesso da população ao serviço público de saúde, ainda que com muita carência de informação segmentada por raça e cor. Combinados com outros indicadores socioeconômicos, eles talvez ajudem a explicar parte do que se vive em meio à pandemia. “A população negra tem menos acesso ao serviço de saúde, a condição de chegar até o serviço é diferenciada, pode chegar ao serviço de forma mais tardia e [por isso] vai precisar de um investimento, do acesso à alta complexidade. Tudo isso conta”, explica Emanuelle, afirmando que isso vale para várias doenças e pode ser também uma chave de interpretação para a mortalidade por Covid-19. Ela faz um paralelo com o fato de que uma das razões do alto índice de óbito materno entre as mulheres negras ser a falta de acesso a procedimentos como a internação em Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) e à ventilação mecânica. “A população negra no geral está nas periferias, longe dos centros. E os serviços de saúde, sejam particulares ou públicos, estão sempre localizados no centro da cidade, sobretudo aqueles de média e alta complexidade. Você pode até encontrar atenção básica nas periferias, mas quando complexifica o serviço, ele se desloca para o centro”, descreve.

Edna ressalta ainda as limitações do período de atendimento das unidades básicas de saúde, porta de entrada do sistema que, em sua maioria, se restringem ao horário comercial. “Uma boa parte das mulheres negras tem como renda o serviço doméstico que, no nosso país, é um tipo de escravidão. Muitas vezes as mulheres negras acordam 6h da manhã para arrumar os filhos das patroas para a escola e retornam para casa muito tarde. Então, vão ter dificuldades de acessar os serviços de saúde em função do horário”, ilustra.

População negra é majoritária entre os desempregados, os que atuam na informalidade, no trabalho por conta própria e nas atividades consideradas essenciais durante a pandemia



E, na avaliação da pesquisadora, esse acesso é imprescindível não apenas para o cuidado das possíveis doenças e agravos, mas também porque essa parcela da população é “ainda mais dependente da educação em saúde feita pelos profissionais de saúde”.

Mas, segundo ela, também aqui muitas vezes a população negra encontra obstáculos. “Outra barreira é a disponibilidade dos profissionais de saúde, é como essa pessoa negra é acolhida. Isso também vai fazer com que eu volte ou não a esse serviço de saúde”, resume Sylvania, ilustrando com sua própria experiência pessoal de parto no SUS. “A diferença de tratamento de uma mulher branca para uma mulher negra é chocante”, conta e exemplifica: “Pelo que eu vi lá na minha experiência, as mulheres brancas eram priorizadas para cesariana, para analgesia, para a doula, para os equipamentos que facilitam o parto”. A pesquisadora resume: “A gente vê que os profissionais não olham para as pessoas negras como olham para um ser humano. Você é uma outra categoria, não é a mesma categoria de uma pessoa branca. A pessoa branca está ali porque é pobre, a pessoa negra está ali porque passou da posição de pobre, está abaixo”.

De fato, um dos exemplos mais citados quando se fala das condições desfavoráveis da população negra no sistema de saúde é o da atenção materno-infantil. Esse foi, inclusive, um dos aspectos realçados pelo estudo ‘Nascer no Brasil: pesquisa nacional sobre parto e nascimento’, coordenado pela pesquisadora Maria do Carmo Leal, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz). Os dados mostram maior dificuldade em vários aspectos analisados: as mulheres negras tinham maior risco de pré-natal inadequado, receberam menos orientação sobre o trabalho de parto e eventuais complicações da gravidez, receberam menos anestesia local, entre outros problemas. O artigo ‘A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal ao parto no Brasil’, que apresenta parte dos resultados da pesquisa, afirma que, “para a maioria dos indicadores avaliados”, foram evidenciados “aspectos do funcionamento cotidiano dos serviços de saúde que resultam em benefícios e oportunidades diferenciadas

segundo raça/cor, com prejuízo para as de cor mais escura quando comparadas às brancas”. Completando esse cenário, os dados de mortalidade apresentam diferenças gritantes entre negras e brancas em vários agravos relacionados à gravidez.

Claro que não se trata de uma generalização. Mas é um alerta sobre o quanto as características de uma sociedade preconceituosa podem se expressar também na estrutura e nos serviços públicos. “O nome disso é racismo institucional”, define Jurema. Ela ressalta que não conhece estudos que tematizem isso em relação à Covid-19, mas a recorrência da desigualdade de tratamento permite supor que a desesperança em relação ao serviço de saúde possa também ser um fator que retarda a busca pelo atendimento. “Você vai chegar para ser maltratado na porta?”, questiona. Emanuelle exemplifica com o estudo que fez na sua tese de doutorado, sobre racismo, aborto e atenção à saúde. Segundo ela, os dados mostraram que as mulheres que tinham sofrido aborto esperavam “até o limite” para procurar o serviço de saúde e passar pelos procedimentos necessários. A razão? “Medo de serem maltratadas”, explica, destacando ainda que isso acontecia muito mais entre as negras do que entre as brancas. “Quando sabe que vai ser discriminada, a pessoa não vai procurar o serviço, ela vai esperar”, afirma.

No que diz respeito ao papel dos profissionais, uma das iniciativas que Edna Araújo considera fundamentais, e que já está sendo objeto de um movimento de pesquisadores das áreas de saúde e educação do qual ela faz parte, é o cumprimento das leis que determinam o ensino das relações étnico-raciais no sistema educacional. Para ela, isso precisa valer em todos os segmentos, da educação infantil até a pós-graduação. “É preciso falar sobre esse tema para que, através da educação, as pessoas tenham contato com essa realidade”, defende. E completa: “E para que os profissionais de saúde possam ter um conhecimento precoce, por exemplo, sobre o que significa uma doença falciforme, que é prevalente na população negra. Muitas pessoas morrem pela doença por falta de conhecimento dos profissionais em fazer um diagnóstico precoce ou um tratamento

adequado”. Para Sylvania, um desafio específico nesse campo está em fazer com que os profissionais de saúde olhem o “corpo negro como um sujeito”. “Os livros de medicina, as aulas, tudo é feito para o corpo branco, com cuidado para o corpo branco. Não existe um cuidado para o corpo negro, não existe um cuidado específico e direcionado que contemple as especificidades do corpo negro. Então, isso também dificulta, também é uma barreira de acesso”, explica, ressaltando o quando é difícil para essa população se reconhecer no sistema de saúde.

Por outro lado, nem de longe o problema se resume à atuação dos profissionais de saúde. “Mesmo com a Constituição tendo estabelecido que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, a gente nota barreiras históricas e culturais que impedem esse acesso da população negra”, resume Sylvania.

Uma política para chamar de ‘nossa’

Na verdade, no ‘pacote’ do racismo institucional estão também todos esses elementos externos ao serviço de saúde, como as condições de moradia, trabalho, alimentação, renda, entre muitos outros. E foi para obrigar o sistema a olhar e considerar esses determinantes que pesquisadores, entidades e movimentos sociais ligados ao tema construíram, muito antes da pandemia, uma Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. “Com muita luta do movimento negro brasileiro, das mulheres negras, pressionamos o Estado a criar uma política que não esteja fora do SUS, mas que é transversal ao SUS. E que tem o objetivo justamente de fazer com que a equidade, que é um dos princípios do Sistema Único de Saúde, seja realmente efetivada”, conta Edna. Mas o que isso significa na prática? “Todo ano o desfecho é pior para as mulheres negras na taxa de mortalidade materna. Mas o sistema não toma uma atitude. Tem que ver o que está acontecendo, a gente tinha que correr atrás das negras, com mais intensidade do que corre atrás das brancas, porque elas têm mais risco”, exemplifica Jurema, reivindicando o conceito de equidade que marca a construção do SUS. “O sistema precisa entender que quando uma pessoa negra ou indígena entra no SUS, por qualquer que seja a porta, ela entra com essa bagagem de desvantagem. Ela já entra trazendo a sua condição de saúde, que está muito impactada pelo transporte ruim, pela alimentação inadequada e insuficiente, pela condição de moradia ruim, por ambientes insalubres. São muitas coisas da vida desigual que a população negra experimenta. E [o sistema precisa saber] que isso tem rebatimento na saúde”, resume Jurema, que completa: “A Política diz isso para lembrar que o racismo é um determinante social da saúde. Então, quando essa pessoa entrar, saiba que ela está impactada por essa desigualdade. E as pessoas que representam o sistema precisam saber que o racismo está impactando essa relação”.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra foi aprovada em 2006 pelo Conselho Nacional de Saúde. Depois, teve suas diretrizes reproduzidas no primeiro capítulo do Estatuto da Igualdade Racial, que é a Lei nº 12.288, de 2010. “Mas não cumprem”, lamenta Jurema. Edna Araújo participou de uma pesquisa sobre a implementação da Política em quatro estados – São Paulo, Bahia, Sergipe e Alagoas – e não encontrou em nenhum deles algo próximo de uma implementação completa. “Tantos anos depois, essa Política não está implementada na maioria dos municípios brasileiros e mesmo aqueles poucos que têm alguma ação dentro dessa perspectiva, são ações parciais”, constata.

E as entrevistadas desta reportagem são unânimes em afirmar que, apesar das incertezas trazidas em todo o mundo, o impacto da pandemia sobre a população negra no Brasil poderia ter sido diferente se a Política tivesse, de fato, se tornado realidade. Emanuelle Góes cita a própria produção de informações sobre raça e cor das pessoas contaminadas e mortas pela Covid-19, que é um dos pontos destacados no documento, como um exemplo do quanto o cenário seria diferente. Edna destaca o mapeamento da população negra com comorbidades comuns, como diabetes, hipertensão e problemas renais, como parte das ações de antecipação que o Estado poderia ter feito se a Política estivesse sendo implementada. Jurema resume: “A pandemia chegou aonde já deveria haver instrumentos para lidar com ela de uma maneira melhor”. ○

ELEIÇÕES PANDÊMICAS

Com mudança no calendário e em protocolos, as eleições municipais 2020 trazem desafios aos tribunais regionais e eleitores de todo o país

Viviane Tavares

pela primeira vez na história do país serão realizadas eleições municipais em todo o território nacional em meio a uma pandemia. Em julho, foi tomada a primeira decisão formal sobre o tema. A Emenda Constitucional 107 adiou as eleições por um mês, estabelecendo o dia 15 de novembro para a realização do primeiro turno e 29 de novembro de 2020 para o segundo turno. A Emenda previu ainda que, no caso de as condições sanitárias de um estado ou município não permitirem a realização das eleições nos dias selecionados, poderão ser estabelecidas novas datas, respeitando-se regras explicitadas no documento. No total, 47.918.483 eleitores brasileiros elegerão novos prefeitos e vereadores em 5.569 municípios em todo o país. Apenas o Distrito Federal e Fernando de Noronha não participam dessas eleições, por serem distritos e participarem de outro tipo de calendário eleitoral.

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para a determinação do adiamento da data foram consultados especialistas da área da saúde, como sanitaristas, biólogos, infectologistas e epidemiologistas, entre outros. E a estimativa desses profissionais foi de que durante o mês de novembro o número de novos casos de Covid-19 em grande parte do Brasil estaria em decréscimo ou se estabilizando em níveis baixos, sem tendência de crescimento exponencial. “Nossa prioridade sempre foi a segurança dos eleitores. Defendemos a realização das eleições como um importante exercício da democracia, mas entendemos que para realizá-las necessitaríamos de uma força-tarefa com medidas sanitárias e logísticas num país de dimensões continentais”, justifica Luis Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Desde março, portanto, o TSE vem se ocupando dos impactos da pandemia sobre as eleições. Por conta disso, constituiu, em julho, a Consultoria Sanitária para elaborar o Plano de Segurança Sanitária do processo eleitoral de 2020, formada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Hospital Israelita Albert Einstein e o Hospital Sírio Libanês. “Seu objetivo foi o de realizar uma avaliação de riscos à saúde pública no processo de votação, bem como desenvolver os procedimentos e protocolos sanitários a serem adotados para proporcionar o mais alto grau de segurança possível para os eleitores, mesários e demais colaboradores da Justiça Eleitoral, em razão das preocupações de saúde pública advindas da Covid-19”, informa a justificativa do Plano de Segurança Sanitária do TSE.

A pesquisadora Marília Santini, representante da Fiocruz na consultoria, informa que foram realizadas reuniões semanais com o Ministro Luís Roberto Barroso e outros membros da equipe do TSE para estabelecer as principais e mais seguras diretrizes para antes e durante o dia da eleição. “A principal preocupação do Tribunal, no que diz respeito a essa consultoria, foi que não houvesse um impacto na curva de incidência de casos novos de Covid-19 em decorrência da eleição, que é um momento que motiva e aglomera muita gente. Hoje podemos perceber que o que prevíamos se efetivou. As taxas de contaminação e óbitos baixaram, apesar de serem ainda elevadas. São cerca de 140 milhões de eleitores no mesmo dia, em todos os municípios do país, e com características regionais muito diferentes”, explica Marília, que completa: “É um desafio, e não tem o que fazer sem vacina se não forem seguidas corretamente as normas sanitárias. Há especificidades: é um mesmo local de votação, a ação do mesário inclui a conferência de documentos, e, ao fim, tem a apuração. Enfim, são vários passos que poderiam resultar em um contato próximo, muitas pessoas concentradas em um dia só. Por isso, algumas regras tiveram que ser mudadas”.



ELEIÇÕES 2020 EM NÚMEROS

Número de locais de votação:	95.093
Número de seções eleitorais:	401.950
Número estimado de mesários para o 1º turno:	2.072.976
Número máximo de mesários para o 2º turno*:	713.017
Número estimado de mesários por seção eleitoral:	4
Número estimado de apoio logístico por seção eleitoral:	1
Número de eleitores:	147.897.396
Número médio de eleitores por seção eleitoral:	435
Número máximo estimado de eleitores por seção eleitoral:	500

(*considerando 2º turno em todos os Municípios com mais de 200 mil eleitores)

Fonte: TSE

Principais mudanças

Para o dia da eleição, entre as medidas gerais adotadas pelo TSE estão a mudança de horário da votação, ampliando por mais uma hora, sendo, portanto, das 7h às 17h. Além disso, foi estabelecido horário preferencial para que eleitores maiores de 60 anos possam votar das 7h às 10h da manhã.

De acordo com o Tribunal, outro grande desafio foi a convocação e treinamento dos mesários. Aqueles com mais de 60 anos foram impedidos de trabalhar, abrindo-se exceção apenas para os voluntários. Todo o treinamento dado aos mesários foi por meio virtual, incluindo a modalidade ensino a distância (EaD), com um aplicativo próprio e por meio da programação da TV Justiça. Além dos conhecimentos habituais, foi necessário incluir conteúdos sobre as medidas e os protocolos sanitários e combate à desinformação. Outro fator importante e exclusivo para esse ano foi o kit de proteção laboral que será distribuído para todo trabalhador envolvido com o processo eleitoral no dia da eleição. Nele deverão constar

máscara de proteção a ser trocada de três em três horas, viseira plástica, álcool em gel e distanciamento mínimo de um metro entre o mesário e os eleitores.

Para os eleitores, será exigido o uso obrigatório de máscara, higienização com álcool antes e depois da votação e, quando possível, o uso de caneta própria para a assinatura do caderno de votação, além de distanciamento mínimo de um metro nas filas. Haverá ainda a orientação para que eleitores com sintomas de febre ou que tenham tido Covid-19 a partir do dia 1º de novembro, ou seja, 15 dias antes, não compareçam para votação, podendo justificar, portanto, de maneira virtual. Caso esse voto não seja justificado num prazo de 60 dias haverá o pagamento de multa e pendência cadastral. “Precisamos de muita consciência também do eleitor. Só ele vai poder analisar se está febril e tomar as iniciativas de precaução do uso de álcool em gel e garantir o distanciamento”, alerta Marília.

Outro fator diferenciado nessa eleição é a supressão da biometria, que é, como informa o site do TSE, a tecnologia que identifica o eleitor através do reconhecimento de sua impressão digital, por meio de um leitor biométrico, acoplado à urna eletrônica. Esse sistema é utilizado desde 2010. Para Luis Roberto Barroso, apesar de a biometria ser uma grande conquista, os estatísticos do TSE identificaram um aumento de 70% no tempo de votação. “Impedir a aglomeração por meio de filas era um dos nossos principais objetivos, além disso, cerca de 400 pessoas em média iriam colocar o dedo no mesmo local em um intervalo pequeno de tempo, aumentando, assim, o risco de contaminação”, explicou em coletiva de imprensa realizada no mês de setembro, quando foi lançado o plano. Marília confirma: “A biometria levaria a um certo represamento de eleitores e essa aglomeração faria o processo mais demorado e, por isso, é menos indicada”.

Ponto polêmico, no entanto, foram duas decisões tomadas pela equipe sanitária que elaborou o plano. A primeira é pela não medição de temperatura dos eleitores e a segunda é a possível necessidade de se retirar a máscara, caso o rosto não seja reconhecido na foto apresentada pelo documento de identificação. “O termômetro poderia causar um aumento de fila e maior risco de aglomeração. Além disso, o recurso financeiro necessário para compra dos equipamentos não justifica o custo-benefício, uma vez que pode causar imprecisões na aferição de temperatura”, concluiu Marília. O Plano de Segurança Sanitária justifica explicando que “o termômetro não é capaz de detectar indivíduos infectados que sejam assintomáticos ou estejam em período de incubação”. Sobre a retirada de máscara, Marília explica que serão casos pontuais e que os mesários estão orientados a realizá-la de maneira adequada, que garanta a segurança ao eleitor.

Para todo o período de campanha, foi estabelecido que as convenções partidárias seriam realizadas de forma online. No caso de eventos presenciais, a orientação era que todos usassem máscara, com preferência para lugares abertos e ventilados. A panfletagem e comícios – característicos desse período – não foram proibidos, mas a orientação também é evitar. “Muitas demandas têm aparecido e estamos avaliando de forma isolada. Por exemplo, está em avaliação o uso de máscaras customizadas com o número do candidato no dia das eleições. Ela provavelmente vai virar peça de campanha. Mas isso pode ser categorizado como brinde, assim como a caneta que está sendo indicada a ser levada no dia de votação. Ainda não temos a orientação geral sobre esses fatores do TSE”, afirma o diretor-geral Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Mato Grosso, Mauro Sérgio Diogo.

Com as mudanças, que incluem a compra e distribuição de materiais, como máscara e álcool em gel, a organização das eleições ficou mais cara. Cerca de 30 empresas doaram ao TSE materiais de proteção. Além disso, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) agiu de maneira extraordinária para isentar o transporte dessas mercadorias que serão usadas nas eleições do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). “Tivemos a colaboração efetiva de toda a sociedade civil para essa força-tarefa, para que pudéssemos viabilizar em tempo recorde tanto a mobilização desses equipamentos quanto a entrega dos mesmos em todo canto do país, e [para] que essas mercadorias não sejam barradas em sua circulação”, explica Luís Barroso. No total, serão 9.726,113 máscaras, 2.100 milhões de frascos de álcool em gel de 100ml para trabalhadores, 533.170 adesivos de chão para sinalizar o distanciamento, cerca de 2 milhões de *faceshields* e 1.066.340 frascos de um litro de álcool em gel para os eleitores. “A orientação é que os mesários mudem de máscara a cada três horas e que haja um pequeno excedente para os eleitores que comparecerem sem máscara, mas a recomendação geral é que todos compareçam portando o material porque, sem ele, não será permitida a efetivação do voto”, detalha o presidente.

Infodemia

No final do mês de setembro, o TSE lançou a campanha #Eu-VotoSemFake, contra a desinformação. A iniciativa, segundo nota no site, pretende conscientizar os eleitores sobre o papel que eles têm na divulgação de informações verdadeiras e indica como podem se juntar à Justiça Eleitoral nessa luta. “O desafio foi chegar até as eleições deste ano – uma das maiores do planeta em termos de candidatos – havendo realizado encontros em todos os TREs do território nacional. Estávamos num trabalho intenso de combate à desinformação a favor da democracia e atuamos em parceria com o Instituto Tecnologia e Equidade (IT&E) e o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE)”, apresenta Gilberto Scolfield, diretor de estratégias e negócios da Agência Lupa.

Em diversos lugares do mundo essa questão se tornou prioridade, como nas eleições estadunidenses, indianas e na votação do Brexit, da Inglaterra. “Para nós é uma questão vital. A liberdade de expressão é importantíssima para a democracia e, portanto, precisamos combater o discurso de ódio, a desinformação, as informações danosas, que começam a comprometer esse direito garantido”, avalia Barroso, que completa: “As redes sociais têm um lado positivo, mas vêm sendo palco para pessoas irresponsáveis com a democracia, que confundem o eleitor. Como consequência, as instituições democráticas vêm sofrendo um ataque massivo de milícias digitais e de terroristas verbais que fazem muito mal a todos nós. Não só pelo possível impacto no resultado das eleições, mas pela deterioração do debate público de uma maneira geral”.

Além da Lupa, um conjunto de agências e veículos de comunicação vão atuar de forma voluntária no trabalho de checagem de fatos durante o período eleitoral. O site Fato ou Boato, do TSE, disponibiliza as checagens realizadas e abriga um espaço para sugestões e denúncias de desinformação. Entre as checagens já disponíveis, está o desmentido da informação falsa de que eleitores com menos de 60 anos não poderão votar antes das 10h da manhã e de que as eleições deste ano serão feitas de forma online. As urnas eletrônicas, assim como nas últimas eleições, são assunto recorrente de ataques de desinformação.

Experiências pelo Brasil

A reportagem entrou em contato com tribunais regionais das cinco regiões do país. Apesar de as linhas gerais terem sido estabelecidas pelo TSE, as particularidades e realidades regionais trazem desafios próprios

No momento exato do fechamento desta reportagem, a cidade com o maior número de óbitos por Covid-19 é Fortaleza. Por conta disso, a diretora-geral do TRE-CE Edna Saboia apresenta preocupações, inclusive, com um possível adiamento das eleições em determinados municípios, como prevê a Emenda Constitucional 107 para os locais em que não houver condições sanitárias adequadas para o pleito nas datas previstas. Se for preciso, o Congresso Nacional, provocado pelo TSE e auxiliado a partir de uma manifestação da autoridade sanitária nacional e de um parecer de comissão mista formada por seis deputados e seis senadores, decidirá por nova data de eleição daquela localidade, não podendo ser posterior a 27 de dezembro de 2020. “Nós estamos em uma situação que eu considero estável porque não temos nenhum município em *lockdown* e todos os municípios estão na fase 4. Temos acompanhado diariamente alguns municípios e as ocorrências se alternam. Há alguns com número elevado de casos mas não de óbitos e vice-versa. Para dar conta dessa rotina intensa, a gente montou um comitê estratégico que se reúne duas vezes por semana e um comitê gestor operacional formado por várias unidades do TRE, que é um comitê tático. É ele quem faz o estudo dos municípios, os problemas e nos subsidia com informações. Caso ocorra algum problema, todas as fases que ocorrerem serão mantidas, mas podemos adiar o pleito de acordo com orientações vindas de Brasília”, explica.

Para a diretora, outra grande tarefa a ser enfrentada foi a própria mudança do calendário eleitoral, por conta do planejamento já realizado da eleição. “Ele se dá já quando termina o pleito. Então, desde as eleições de 2018, iniciamos uma avaliação das eleições e começamos a planejar o pleito seguinte. É aí que a gente vê o que deu certo em todas as atividades e faz o planejamento de execução com todas as aquisições e equipe de apoio. Mas, tivemos, portanto, pouco tempo para incluir as novas resoluções”, analisa Edna Saboia.

Mauro Sérgio Diogo, diretor-geral do TRE Mato Grosso, no Centro-Oeste, elencou como principal mudança a distribuição de urnas e materiais de proteção, como máscaras e álcool em gel. Por conta das grandes distâncias e particularidades regionais, ele destacou a complexidade de uma eleição dentro de aldeias indígenas. “Em Mato Grosso a gente tem regiões de Pantanal, essa que estamos vendo pegar fogo nesses últimos dias, temos regiões da Amazônia Legal, temos regiões ainda do Vale do Xingú, onde existe uma grande quantidade de indígenas. A logística envolvendo o estado de Mato Grosso dentro de um cenário normal já é complexa, e ainda mais quando estamos dentro de uma pandemia”, detalha. Ele

No dia das eleições, não esqueça:



informa ainda que para o estado foi montado gabinete de gestão integrada com a Fundação Nacional do Índio (Funai), Polícia Federal, Civil e militar, além de Exército e Marinha. “Todos esses parceiros foram necessários para garantirmos uma segurança especial para as aldeias indígenas. Temos cerca de 12 mil indígenas aptos ao direito ao voto”, enumera. Outro ponto relevante que o diretor do TRE-MT destaca é a dificuldade de controle das atividades de campanha, como convenções partidárias e panfletagens com precauções. “Essa é mais uma demanda que chegou como grande desafio para nós. Fiscalizar de maneira constante e, ao mesmo tempo, garantir essa parte do processo democrático que faz parte de um pacto social entre candidatos, os TREs e os eleitores, que podem denunciar”.

O diretor-geral do TRE de Santa Catarina, Daniel Schaeffer, da região Sul, destacou que garantir agilidade e segurança necessária para o processo eleitoral de forma remota foi uma das maiores dificuldades. “Primeiro a gente precisou preparar toda uma estrutura que não dispunha antes. E ao executar o fechamento do cadastro eleitoral [espécie de banco de eleitores que efetivamente vão votar nas eleições], a gente começou a sentir que [era preciso] uma maneira diferente de olhar para essas eleições. Buscamos, portanto, por uma ferramenta que permitisse realizar tudo de forma remota. E esse momento foi muito decisivo, porque realmente mudou a nossa forma de ver essa eleição. Chegamos à conclusão de que dali para frente era necessário investir muito em opções remotas de ação”, lembra Schaeffer, destacando que gerir o trabalho dos servidores e prestar atendimento aos eleitores de forma online foram outros desafios a serem enfrentados. “Nesse momento vimos que a cultura da justiça eleitoral no Brasil não é preparada para esse tipo de suporte. Apesar de fazermos uso de urna eletrônica e termos Processo Judicial Eletrônico, estamos muito vinculados ainda ao processo físico. Tivemos que reformular a comunicação organizacional, remodelar as formas de treinamento dos servidores e mesários, sempre colocando a segurança dos eleitores em primeiro lugar. Em um quadro geral, a grande dificuldade que a gente enfrentou foi mais interna do que externa”, afirma o diretor do TRE SC.

Do outro lado do país, na região norte, o diretor-geral do TRE AM Ruy Wanderley indicou duas frentes de atuação novas. A primeira foi a decisão de escalar exclusivamente mesários indígenas para regiões específicas. “Estabelecemos que os mesários deveriam ser da própria região. O que acontecia antes era darmos preferência. Desta vez, optamos pela obrigatoriedade de serem mesários das próprias aldeias para evitar que pessoas de fora fossem para lá no dia das eleições. Com isso, tivemos que fazer formações prévias à distância e customizar essa formação de acordo com cada aldeia, que tem suas distintas particularidades”, exemplifica. O segundo desafio diz respeito ao cuidado com as embalagens das urnas e materiais de proteção sanitária,

Mudanças fora da pandemia

As eleições 2020 também serão pioneiras depois da Reforma Eleitoral de 2019, com a aprovação das leis nº 13.877 e 13.878, que alteraram diversas normas de campanha e de funcionamento dos partidos. As leis foram sancionadas, respectivamente, em 27 de setembro e 3 de outubro do ano passado, pelo presidente da República, o que permitiu que vigorassem já para o pleito deste ano.

A Lei nº 13.878 atualizou os limites de gastos de campanha para as eleições 2020. A atualização dos limites máximos de despesas para o pleito deste ano atingiu 13,9%, o que corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o candidato pode contribuir com sua campanha em 10% do valor total gasto. Na vigência anterior, podia aplicar 100% do valor total da campanha.

como máscara e álcool em gel, que precisam ser transportados. Ruy Wanderley informa que, dependendo da região, são necessários três modais (aéreo, terrestre e fluvial) para transportar o material utilizado nas eleições. “Nesses casos, nós fazemos a higienização em cada etapa, de acordo com o protocolo do Plano de Segurança Sanitária do TSE”, indica.

Uma inovação específica da região norte é que os TREs contarão com uma equipe denominada ‘monitores da saúde’, formada por servidores públicos da área da saúde, que ajudarão os mesários na orientação dos eleitores. “Essa foi uma parceria com as secretarias estaduais de saúde para fazermos uma força-tarefa que ajudará na orientação e na agilidade dos processos, evitando, assim, a aglomeração ou uso errado de equipamentos”, explica o diretor do TRE AM. A capital do estado, Manaus, que recentemente esteve na imprensa pela possibilidade de ter alcançado a imunidade de rebanho (Veja na seção Dicionário desta edição o significado do termo) enfrentou ainda uma dificuldade extra: alcançar o número mínimo de mesários. “Como tivemos que convocar, no primeiro momento, apenas voluntários e excluir mesários idosos foi um desafio fechar o número mínimo para realizar a eleição”, lembra Ruy Wanderley.

No sudeste, o coordenador estadual de fiscalização do TRE RJ, Luiz Márcio Pereira, conta que a definição dos locais de votação trouxe uma maior complexidade. “Nunca foi uma situação estática. Como nós usamos prédios de terceiros como escolas, bancos, agências bancárias houve, com a pandemia, uma preocupação de que alguns locais de votação não estivessem mais funcionando”, aponta e exemplifica: “Escolas que efetivamente funcionavam e, agora, com a pandemia já não funcionam; agências de banco que deixaram de existir; locais que antes recebiam a votação, e por problemas variados não funcionam mais”. No momento do fechamento desta matéria, segundo Pereira, os cartórios da justiça eleitoral de todo o país já realizaram as vistorias nos locais que estão estabelecidos para votação. ○



'A MANUTENÇÃO DO TETO DE GASTOS NÃO TEM A VER HOJE COM GERAÇÃO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO, DE EMPREGO E RENDA'

André Antunes



Qual era a situação econômica e fiscal brasileira no momento em que a pandemia chegou por aqui? E quais os efeitos da crise sanitária?

O ministro da Economia [Paulo Guedes] costuma dizer que o Brasil estava decolando no primeiro trimestre do ano, mas isso é uma falácia completa. Se analisarmos os dados do IBGE ao longo de 2019 e no início de 2020, você vê uma economia patinando em 2019, crescendo relativamente pouco - para se ter ideia, em 2019 o crescimento do PIB [Produto Interno Bruto], que estava projetado em 3%, foi de 1,1%. Agora, se olharmos os dados da valorização da Bolsa de Valores, da valorização do patrimônio dos fundos de investimento, você percebe um forte crescimento, muito maior do que 1,1%. Ou seja, a riqueza financeira cresceu acima da produção real. O segmento do agronegócio, vinculado à questão das exportações, vai crescer um pouco mais. O argumento ao longo dos anos, também no governo Bolsonaro, mas desde antes, já no governo [Michel] Temer, era 'vamos fazer a reforma do teto de gastos porque isso vai gerar crescimento'. O crescimento não veio. 'Não, falta outra reforma, a trabalhista'. Isso foi no governo Temer. Aí faz a reforma trabalhista e a economia continua patinando sem crescer. Ai você faz a outra reforma, que é a da Previdência. 'Vamos economizar trilhões e os mercados vão ter crescimento'. Isso em 2019. E o crescimento não vem. E não vem porque, nessa configuração, quem ganha, quem aumenta a sua riqueza, o seu patrimônio, são os segmentos financeiros. Isso não necessariamente se conecta com o mundo da produção real, com a geração de emprego e renda, com investimento industrial. Então, a gente já estava vivendo um crescimento baixo e com o mercado de trabalho patinando, o desemprego crescendo, antes da pandemia. Você já tinha saída de capitais e o argumento é sempre que é um

EDUARDO COSTA PINTO

Quais foram os efeitos da pandemia do novo coronavírus sobre a economia brasileira? Que impacto teve o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 durante a crise sanitária e quais devem ser os efeitos econômicos e políticos de seu possível encerramento, a partir de 2021? Essas são algumas das perguntas que o professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) Eduardo Costa Pinto procura responder nesta entrevista. Para o economista, o governo se encontra hoje diante de uma encruzilhada: driblar as regras fiscais impostas pela Emenda Constitucional que instituiu um teto de gastos federais para continuar injetando dinheiro na economia em 2021 ou garantir o cumprimento do teto, o que impediria a manutenção do programa de transferência de renda na escala atual. A primeira opção, diz, agradaria aos beneficiários do auxílio emergencial, que deu impulso à popularidade do governo. Já a segunda atenderia aos interesses dos detentores de riqueza financeira que são base de apoio do governo. Um problema "nada trivial", segundo Costa Pinto, para quem a retomada da economia brasileira só virá a partir do crescimento do investimento público, o que é impossível sob as regras fiscais atuais. A demora em apresentar o programa Renda Brasil, que substituiria o Bolsa Família, expressa, segundo ele, a disputa que se dá atualmente no âmbito do governo. Mesmo com a ampliação do número de beneficiários e do valor pago hoje pelo Bolsa Família prometidos pelo governo com o novo programa, a tendência, segundo o professor da UFRJ, é que ele tenha um alcance muito menor do que o auxílio emergencial, que atualmente beneficia 67 milhões de pessoas. Por isso, para o pesquisador, o cenário que se desenha para 2021 é de estagnação econômica, aumento das taxas de desemprego e queda na popularidade do governo.



OS BILIONÁRIOS, TANTO NO BRASIL QUANTO NO MUNDO, SE TORNARAM MAIS RICOS EM MEIO À PANDEMIA, ENQUANTO A POPULAÇÃO EM GERAL PERDEU MUITO'

problema fiscal. 'Olha, vamos melhorar a questão fiscal porque melhora a expectativa, com essa melhora de expectativa vai ter investimento privado'. Só que a gente está com essa história de melhora de expectativa desde 2016. O que a gente tem observado é que nos últimos tempos houve um crescimento muito baixo e um aumento de concentração e centralização de riqueza nos mais ricos, nos detentores de riqueza financeira e em alguns segmentos que conseguem concentrar e centralizar capital. Ou seja, uma parte do capital comercial que são as grandes lojas de varejo. E o que vai acontecer com a pandemia? Ela vai acelerar esse processo em curso, vai ampliar a desigualdade. Os dados estão saindo, mostrando, por exemplo, que os bilionários, tanto no Brasil quanto no mundo, se tornaram mais ricos em meio à pandemia, enquanto a população em geral perdeu muito.

E qual é o problema agora, no meio da pandemia? Para tentar simplificar, eu costumo dizer da seguinte forma: a renda é igual ao consumo mais investimento mais gasto do governo mais exportação menos importação. Eu vou traduzir isso do 'economês'. O crescimento econômico tem alguns motores: ou é o investimento privado ou é o investimento público ou é o consumo das famílias ou é o gasto do governo ou é o resultado líquido da balança comercial e de serviços. No meio da pandemia, com desemprego alto, com renda caindo, o crescimento não vai se dar pelo motor do consumo das famílias. Então, por eliminação, esse motor está fora. Investimento privado: claro que a expectativa é importante, mas o capitalista, o empresário, olha se vai conseguir lucrar lá na frente. Qual fábrica hoje no Brasil vai aumentar a sua capacidade produtiva quando você está vendendo menos do que vendia antes da pandemia? Não tem sentido lógico no capitalismo. Se eu estou vendendo menos e aumento minha fábrica, aumentam os meus custos. Então, [o crescimento] dificilmente virá pelo investimento privado. Será que dá pelas exportações? Até dá, mas não para o Brasil todo porque o Brasil é muito grande. As exportações de *commodities* geram efeitos positivos em alguns estados. Então você vê Mato Grosso, algumas regiões agroexportadoras com uma população relativamente menor puxando a dinâmica do estado, mas não puxam o Bra-

sil inteiro que é muito grande, são 210 milhões de pessoas. Então sobra o gasto do governo ou o investimento público. Isso pode aumentar? Não, porque você tem o teto dos gastos. Você tem as regras fiscais que impedem qualquer discussão. Então essa discussão agora, do teto dos gastos, da ideia do fiscalismo, está por trás disso. Ao mesmo tempo, boa parte dos economistas de mercado que aparecem na televisão, nos grandes jornais, ou são donos de corretora ou trabalham em bancos. É bom lembrar isso. A renda deles depende da compra e venda de ações, da compra e venda de títulos do governo. Ou seja, eles também estão defendendo os seus interesses particulares quando dizem para manter o teto. A manutenção do teto não tem a ver hoje com geração de crescimento econômico, de emprego e renda. Tem a ver com a manutenção do valor da riqueza financeira. A disputa é entre quem perde menos e quem garante a sua riqueza, e evidente que quem é mais forte consegue garantir mais. E são esses, inclusive, que estão nos meios de comunicação o tempo inteiro.

Que peso teve o pagamento do auxílio emergencial nesse cenário e o que projeta como possíveis consequências econômicas e políticas da redução pela metade do valor do benefício até dezembro?

A queda do PIB do Brasil durante a pandemia – que foi de 6% no segundo trimestre – só não foi muito maior por causa do auxílio emergencial. O alcance disso foi gigantesco, e sem ele a queda do PIB teria sido o dobro, eu não tenho dúvida. Por isso que o debate todo hoje é o orçamento de guerra que foi estabelecido na pandemia e se esse orçamento permanece ou não. Porque, se permanecer, acaba com o teto dos gastos.

Vou te falar alguns dados que eu gosto de reforçar muito. São dados da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia. Os 10% mais pobres da população brasileira, o primeiro decil, ou seja, cerca de 21 milhões de pessoas – o equivalente a dois Portugais –, sem o auxílio emergencial, estariam ganhando hoje R\$ 11 por mês per capita. Ou seja, pega essas 21 milhões de pessoas, divide pelas rendas que elas obtiveram, sem o auxílio elas estariam recebendo R\$ 11 por mês. Com o auxílio, essa população passou a receber R\$ 239. Ou seja, uma família com três pessoas estaria ganhando pouco mais de R\$ 600. É impressionante. Se eu pular um degrau, o segundo decil, ou seja, mais 21 milhões de pessoas, sem o auxílio estariam recebendo R\$ 146. Com o auxílio, R\$ 353. Mas eu vou mais, eu vou pegar o decil cinco, ou seja, na metade. As 21 milhões de pessoas que estão na metade da renda, entre os mais pobres e os mais ricos, receberiam, sem o auxílio, R\$ 554. Com o auxílio, R\$ 673. O cálculo é feito da seguinte maneira: renda recebida pela população por decil de renda dividido pelo número de pessoas, ou seja, 10% da população. Por

exemplo, uma pessoa da família recebeu os R\$ 600 e outras três pessoas da família não estão recebendo renda. Logo, os R\$ 600 vão ser utilizados para sustentar as quatro pessoas. O per capita seria: R\$ 600 por mês dividido por quatro igual a R\$ 150 por pessoa. Esse dado nos mostra que, com o auxílio, metade da população brasileira, 105 milhões de pessoas, recebeu no máximo R\$ 673, sem auxílio eles receberiam no máximo R\$ 554. Isso mostra que o efeito dos R\$ 600 pagos pelo auxílio emergencial é gigantesco para a população mais pobre. O PIB só não despencou porque você injetou a cada mês R\$ 50 bilhões na economia. O programa alcançou 67 milhões de pessoas. É de uma proporção enorme. Agora, o ponto é o seguinte: na hora em que reduz pela metade, que são os R\$ 300 [que estão valendo desde setembro], você tira dinheiro novo que estava injetando em uma economia que não está crescendo ainda e que, mesmo que volte para o patamar inicial do primeiro trimestre de 2020, não vai gerar a quantidade de empregos necessária para se recuperar. Então, primeiro, a recuperação vai ser muito mais lenta do que o esperado e, segundo, parte dessa população que recebeu R\$ 600 e agora passa a receber metade vai ficar insatisfeita com o governo. Você vai ver um aumento da taxa de desemprego porque as pessoas agora vão procurar emprego. Antes elas não estavam procurando porque não tinham chance de ter emprego e recebiam os R\$ 600. Mas como agora essa renda vai cair pela metade e as pessoas vão sair desesperadas por emprego. E não vai ter.

No sentido de enfrentar o cenário de crise que se desenha para 2021, a principal proposta hoje do governo é o Renda Brasil, programa que substituiria o Bolsa Família, incorporando também parte da população que atualmente recebe o auxílio emergencial. Até o fechamento desta edição o programa ainda não havia sido apresentado pelo governo, em meio a polêmicas sobre quais seriam suas fontes de financiamento. Mas pelo que você tem acompanhado do Renda Brasil, quais devem ser os efeitos econômicos e políticos de sua implantação nesse cenário?

O alcance do Renda Brasil é muito menor. A ideia é alcançar entre 20 e 21 milhões de pessoas. O Bolsa Família alcançava 14 milhões. Então há um aumento em relação ao Bolsa Família, mas cai muito em relação aos 67 milhões alcançados pelo programa do auxílio emergencial. Eu não tenho dúvida nenhuma de que o aumento forte da popularidade do Bolsonaro recentemente tem a ver com o programa de auxílio emergencial. Pensa comigo o seguinte: alguém que ganhe R\$ 11 por mês e passa a receber R\$ 600, suas condições materiais melhoraram gigantescoamente, os interesses dele foram atendidos. A mesma coisa os bilionários, que ficaram mais bilionários, os interesses deles foram

atendidos, por isso que eles fecham com o Bolsonaro. Agora, a questão toda é que eu acho muito difícil manter essa escala de transferência e isso tem a ver com a questão fiscal, mas tem muito mais a ver com esse embate com o andar de cima. Porque esse andar de cima ancorou a sua riqueza com títulos, com a questão financeira, e com a ideia do teto dos gastos. Se o teto dos gastos cai, a riqueza financeira cai junto. A gente está em uma encruzilhada nada trivial.

Por quê?

A despeito do aumento de popularidade do governo atual dada pelo auxílio emergencial, ele dificilmente será mantido nessa mesma escala. O teto dos gastos hoje garante o valor da riqueza financeira, mas impede qualquer possibilidade de crescimento econômico puxado pelo governo, que seria o último motor possível nesse momento. Tem um estudo de um pesquisador do Ipea [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada] chamado Rodrigo Orair, que usa dados estatísticos e econométricos, mostrando o seguinte: o investimento público em momentos de recessão como hoje mais do que se paga, porque vai gerar mais receita do que o governo gastou. É aquela máxima do [economista britânico John Maynard] Keynes: em um momento de crise, você aumenta o investimento público porque esse é o motor inicial para recuperar a economia. Não tem nenhum sentido lógico os agentes privados funcionarem como motor de crescimento no meio de uma crise como essa. A gente está de reforma em reforma há quatro anos. E quando muito, a gente cresce 1% ao ano. Porque tirou-se o motor do crescimento, que no caso brasileiro, é o investimento público. Se você olhar a série histórica dos dados de investimento público e privado desde 1945, os momentos em que ocorreu crescimento do investimento privado foram momentos em que ocorreu aumento do investimento público. Essa coisa de que investimento público desloca investimento privado pode até existir teoricamente. Mas no caso brasileiro, não existiu em nenhum momento histórico, desde que existe a série, em que você teve crescimento do investimento privado com redução do investimento público.

Você falou de uma encruzilhada nada trivial. A demora do governo federal em apresentar o programa Renda Brasil, em meio à polêmica sobre quais seriam suas fontes de financiamento – que tem como pano de fundo a discussão sobre flexibilizar ou não o teto de gastos – me parece ir ao encontro dessa leitura. Pode falar mais sobre essa disputa entre as forças que integram o governo Bolsonaro?

Esse governo representa os interesses do andar de cima e dos financistas. Se você olhar a rentabilidade da Bolsa [de Valores], dos fundos de investimento, ou seja, dos milio-

nários e bilionários que têm dinheiro nessa situação, eles cresceram muito mais do que 1% em 2019. Porque esse é um governo que, na sua gestão, gera um efeito positivo para esse andar de cima e ele sabe disso. A ideia é: eu vou dar uma ‘furadinha’ no teto sem dizer que furei, para ver se os mercados ficam tranquilos, mas eu também preciso dar essa ‘furadinha’ porque eu percebi que essa transferência de renda me garante popularidade. Então, tem uma economia política, uma disputa de poder ali dentro do governo. O Ministério da Economia funciona hoje muito mais como um garantidor da riqueza financeira e um animador de Bolsa de Valores. Eu tenho de um lado o Tesouro que coloca títulos da dívida à venda. A burocracia quer colocar um título pelo qual o Estado pague menos. Do outro lado, eu tenho um banco, tenho os atores financeiros que querem pagar por esse título e ter uma renda maior. São dois atores com interesses diferentes. A burocracia quer vender o papel pagando o mínimo possível pela rentabilidade, porque isso quer dizer que o governo vai gastar menos com juros da dívida. Do outro lado, o banco, os compradores desse papel querem ter a rentabilidade maior, é evidente. O problema é que ultimamente quem define esse comportamento, a política monetária, são os diretores do Banco Central, que ou vêm de bancos, ou logo depois que saem do governo vão para os bancos. É a discussão sobre a teoria da porta giratória. Em um momento eu estou defendendo os interesses do governo e rapidamente vou defender os interesses dos bancos. Isso não é nem uma questão de economia política avançada, é questão de risco moral. Como é que você regula isso? Então, observe que a relação entre o público e o privado fica completamente comprometida. Se eu sei que a pessoa que vai comprar aquele título vai ser o meu chefe futuro e vou participar do negócio com ele, como vou me comportar agora? Isso é muito pouco discutido. E isso tem a ver com o poder dos segmentos financeiros. Esse é um poder enorme. É muito impressionante o que a gente está vivendo. E são coisas muito diretas, visíveis, e as pessoas acham normal.

Qual a sua avaliação sobre a Reforma Administrativa que vem sendo defendida nesse contexto como uma solução para o problema fiscal e para a retomada do crescimento?

É impressionante, porque se você olhar, vem o *impeachment*, depois reforma do teto dos gastos, depois Reforma Trabalhista, depois Reforma Previdenciária: tudo dizendo que vai gerar crescimento econômico e renda. E agora o governo federal vem com a Reforma Administrativa, novamente com o argumento de que isso vai poupar dinheiro, gerar crescimento e resolver o problema fiscal. Como o fiscal está ancorado às expectativas da riqueza financeira, eu gero mais um ‘solução’. Quando anuncia isso,

a Bolsa sobe, os títulos do governo sobem. A volatilidade do mercado cresceu agora gigantescamente nas últimas semanas por causa desse embate e vai ter gente ganhando para caramba. A chance é enorme de que os ganhos das tesourarias de grandes bancos aumentem fortemente. Então, você lança a ideia, mesmo que seja uma reforma desidratada. Isso anima a Bolsa, anima os detentores dos títulos, garante a riqueza do andar de cima e você vai reduzindo os direitos, piorando ainda mais as condições materiais dos servidores. Eu até sou a favor de uma Reforma Administrativa. Não essa proposta. A Reforma Administrativa tinha que cair fortemente sobre o Legislativo e o Judiciário, mas esses estão fora. Os ‘penduricalhos’ do Judiciário são impressionantes. Essa seria uma Reforma Administrativa importante. Mas o que você está fazendo, na verdade, é conter parte desses gastos sem um planejamento, um tipo de lógica que transforma Estado em mercado. A gente vive tempos muito difíceis. Furar essa bolha não é trivial porque a gente é todo dia massacrado com as informações dizendo que o problema do Brasil é o fiscal, então vamos para a próxima reforma. Aí, na verdade, você não gera nem crescimento, nem emprego e nem renda, anima as Bolsas, anima o preço dos títulos... Se você olhar desde 2016, quem tem ganhado muito são os bancos, os detentores de riqueza financeira e as grandes empresas, cujas taxas de lucros cresceram fortemente porque reduziram seus custos com o trabalho, com impostos e ainda estão engolindo as pequenas e médias.

E quanto à reforma tributária?

A questão da simplificação tributária é central, é um problema que tem que ser resolvido, mas isso por si só não gera crescimento econômico. A gente teria que fazer uma profunda reforma tributária que não será feita agora e nem pôde ser feita durante os governos do PT. Que era uma taxa sobre a propriedade, sobre lucros e dividendos, o imposto territorial urbano teria que ser aumentado, o imposto sobre heranças... Isso está fora. Inclusive eu acho que será difícil dessa reforma passar porque já foram feitos estudos que mostram que a reforma, como está estruturada, tende a reduzir os impostos do setor industrial e aumentar os do comércio. Porque o setor industrial acaba indiretamente pagando mais imposto. Eu acho que isso não vai passar porque hoje o grande setor comercial são os mais ricos do Brasil, do Magazine Luiza, da Havan. Esses dois estão entre os dez mais ricos do Brasil. O dono da Havan inclusive é base de apoio do Bolsonarismo e foi cabo eleitoral do Bolsonaro. Acho muito difícil mesmo essa reforma simplificada passar, porque no agregado ela não gera um aumento de impostos, mas quando você abre por setores, gera no momento inicial um aumento do impostos do setor comercial para o varejo. E esses segmentos hoje têm um poder enorme no Congresso e um poder de articulação enorme. ○

Formação Profissional à distância?

Integração curricular, atividades práticas e estágio são algumas especificidades desse segmento para enfrentar o ensino remoto durante a pandemia

Cátia Guimarães

“Aqui as possibilidades de atividades pedagógicas não presenciais ampliam seu espaço”. Assim começa o tópico referente ao ensino técnico do parecer 5 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata da reorganização do calendário escolar diante da pandemia de Covid-19. A previsão de atividades práticas como parte do currículo, a obrigatoriedade de estágio em vários cursos e a carga horária maior quando se trata de habilitações técnicas integradas ao ensino médio são alguns exemplos das especificidades desse segmento educacional que ampliam os desafios das instituições neste momento, apesar do otimismo do texto do CNE. “Na verdade, é o contrário”, discorda Dante Moura, professor e pesquisador do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN).

Segundo Luiz Roberto Curi, presidente da comissão sobre reorganização curricular do CNE, o que esse trecho do parecer realça é que o ensino técnico envolve “cursos mais vocacionados”, caracterizando-se como uma formação “mais específica” e “complementar do ensino médio”. “Você tem, nesse padrão, diversas possibilidades de ordenar interações a partir do relacionamento que pode se estabelecer entre ambientes educativos e não educativos”, explica. O problema é que, pelo menos para 478,5 mil estudantes que fazem cursos técnicos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPCT), a realidade não é bem essa. Nessas instituições, a maioria dos cursos se dá na modalidade integrada ao ensino médio, em que as aulas acontecem em período integral, numa única matrícula, com disciplinas da educação básica e da habilitação técnica. E isso faz toda a diferença, por exemplo, na hora de planejar processos como o ensino remoto e a reorganização do currículo que este momento exige.

Para o professor do IFRN, o texto do CNE parece se referir ao estudante do ensino técnico apenas como aquele que está cursando uma formação profissional, de modo a se preparar para o mercado de trabalho. Do ponto de vista formal, é como se o parecer tratasse mais especificamente dos cursos técnicos subsequentes, aqueles que acontecem depois da conclusão do ensino médio. E, de fato, o documento cita apenas as modalidades concomitante e “pós-médio”, não

fazendo qualquer referência aos cursos integrados ao ensino médio. “Talvez tenha sido porque a gente copia um pouco os termos da LDB [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional], do texto normativo. Mas obviamente está subentendido que é o campo da educação integral”, justifica Curi. Na avaliação de Dante, no entanto, o problema não é só legal. “Nós consideramos que a educação profissional integrada é parte da educação básica”, diz. E mais do que uma posição política, alerta, essa é uma constatação que traz consequências diretas sobre o ensino remoto na educação profissional em meio à pandemia.

Atividades práticas: dá para fazer pelo computador?

O desafio de ‘encaixar’ as atividades práticas que as habilitações técnicas prevêm em grades curriculares que agora precisarão ser executadas à distância talvez seja o principal exemplo de dificuldade atual no caso dos cursos que são integrados também na concepção e não apenas na forma. Dante relata que a solução encontrada em boa parte das instituições de ensino tem sido concentrar as disciplinas “das ciências, das letras e das artes” agora, “jogando mais para frente” aquelas que exigem laboratório e outras atividades práticas. “Mas fazemos isso reconhecendo que há prejuízo”, diz o pesquisador.

A pró-reitora de extensão do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Raquel Lunardi, confirma que lá as disciplinas práticas estão sendo postergadas. “E isso vai gerar um impacto significativo”, diz. Janete De Conto, diretora e pró-reitora de ensino substituta do mesmo instituto, garante que a equipe pedagógica está atenta ao problema. “O IFFar tem ofertado cursos de formação remota aos docentes, com o propósito de minimizar as fragilidades que o período de pandemia venha a ocasionar em relação à integração curricular”, relata.

“Experimentar outros sentidos para a integração curricular” tem sido também o desafio da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz), como define a coordenadora geral dos cursos técnicos da instituição, Ingrid D’Ávila. “Uma das opções para a construção das novas grades de horários foi relativa à possibilidade de experimentarmos integração entre disciplinas organizadas em grandes áreas do conhecimento ou mesmo a partir de grandes temas trabalhados de forma transversal entre as disciplinas”, descreve, ressaltando que a integração “ocorre ainda que a aposta seja a de não priorizar atividades práticas nas atividades remotas”.

De acordo com Sergio Gomide, diretor da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Cefet Minas Gerais, os cursos técnicos das instituições da Rede EPCT têm, em média, dois terços da carga horária ocupada pela formação geral e um terço pelas disciplinas das habilitações. Ele conta que, diante da excepcionalidade trazida pela pandemia, o Cefet-MG delegou aos colegiados que coordenam os cursos específicos a decisão sobre o que poderia ou não ser ofertado à distância. “A gente sabe que há conhecimentos que precisam de presença em laboratórios, de práticas específicas que são impossíveis de serem ministradas remotamente. Ainda assim, a maioria dos colegiados acreditou que uma parte desse conhecimento prático pode ser antecipada de maneira remota”, diz. Mesmo isso, no entanto, não será suficiente: a instituição já prevê que, quando houver condições para a retomada das aulas presenciais – o que Gomide acredita que inevitavelmente se dará de forma híbrida –, as disciplinas da formação geral devem permanecer de forma remota para que

o tempo presencial seja priorizado na formação técnica específica. “Hoje essa é a nossa maior preocupação: como preservar a especificidade técnica de cada curso diante dessa imprevisibilidade, tendo [em conta] a própria missão e função da rede profissional [de educação] tecnológica, que é formar esse aluno com esse conhecimento articulado”, resume.

Estágio remoto

A prática de estágio, obrigatória no currículo de muitos cursos técnicos, traz uma dificuldade a mais, que, nesse caso, envolve não apenas aspectos pedagógicos, mas também questões relativas à regulação do trabalho. De março até o momento em que esta reportagem foi finalizada, o Ministério Público do Trabalho (MPT) emitiu três notas técnicas sobre atividades envolvendo adolescentes durante a pandemia. A primeira (nº 5), de meados de março, afirmava a “necessidade premente de se adotarem medidas preventivas, de modo a evitar a exposição de adolescentes a riscos”, recomendando, entre outras coisas, a interrupção do estágio para menores de idade.

Pouco mais de um mês depois, outra nota, de nº 10, manteve o mesmo teor, ajustando a recomendação anterior à Medida Provisória 936/2020, que dispunha sobre questões trabalhistas em função da pandemia. O texto reafirma que menores de idade só estão autorizados a trabalhar de forma remota, mas fala apenas de empregados e aprendizes, sem fazer referência direta à prática de estágio. Publicada em julho, a nota técnica nº 12, a mais atualizada até o fechamento desta edição, reafirma os cuidados, mas flexibiliza as recomendações. A manutenção do isolamento social para adolescentes, sem “retorno imediato às atividades produtivas”, continua sendo “indicada”, inclusive para aqueles em regime de estágio, mas agora com o adendo de que isso deve se dar “sempre que possível”. Na sequência, o texto lista algumas medidas a serem implementadas, entre elas a “capacitação específica de tutores, professores, orientadores pedagógicos, supervisores e outros profissionais” e a priorização de que os jovens que vivam com pessoas em grupo de risco da Covid-19 possam trabalhar à distância.

Isso no âmbito do trabalho. Já em relação à educação, além do parecer 5, do CNE, que foi homologado pelo Ministério da Educação (MEC), outras duas normativas regulam o tema. A portaria 544, de junho, é o instrumento legal mais recente pelo qual o MEC autoriza a “substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais” em todos os segmentos, incluindo as práticas profissionais e estágios. Já a portaria 617 trata especificamente da educação profissional técnica de nível médio ligada ao sistema federal de ensino. Publicada em agosto, a principal diferença desse texto em relação ao documento anterior, que ele substitui, é exatamente o tópico que trata do estágio. Enquanto a portaria 376, de abril, proibia a suspensão das práticas de estágio e laboratório que estivessem previstas nos planos de curso, o texto atual autoriza o estágio remoto ou a sua substituição por outras atividades, desde que a mudança seja “aprovada pela instância competente da instituição de ensino”, “garanta a replicação do ambiente de atividade prática ou trabalho”, “propicie o desenvolvimento de habilidades e competências esperadas no perfil profissional do técnico” e permita avaliação do estudante, além de estar em consonância com a lei do estágio (nº 11.788/2008). Para Luiz Roberto Curi, essa versão da portaria está mais alinhada com o parecer do CNE.



Equilibrando-se entre todas essas regulações, as instituições de ensino têm feito suas escolhas. No IFFar, segundo Raquel Lunardi, o estágio presencial está autorizado apenas para alunos maiores de idade – o que exclui a quase totalidade do ensino médio integrado. Ainda assim, a instituição que recebe o estudante precisa fazer uma declaração sobre as condições de segurança – segundo ela, muitos perderam os estágios porque as empresas se recusaram a cumprir essa exigência. Além disso, todo esse processo só acontece se o município não estiver em bandeira vermelha em relação à pandemia.

Os estudantes maiores de idade – em geral, dos cursos de tecnólogo – também não tiveram seus estágios interrompidos no Cefet-MG. A partir de julho, quando foi lançada a última nota técnica do Ministério Público do Trabalho, a instituição passou a autorizar também o estágio dos alunos do ensino médio integrado aos cursos técnicos, que, em sua maioria, têm menos de 18 anos. Em todos os casos, houve uma “readequação de procedimentos”. A empresa agora tem que preencher um formulário em que resume as medidas sanitárias que estão sendo adotadas para garantir a segurança dos jovens ‘trabalhadores’. O documento é avaliado pela diretoria de extensão do Cefet, junto com os orientadores, que autorizam ou não que o estágio aconteça. Além disso, empresa e estudante assinam um termo de compromisso e ciência dos protocolos estabelecidos pelas autoridades sanitárias locais. Nesse documento, segundo Sergio Gomide, foram incluídas “cláusulas de garantia em favor do estagiário em caso de existência de contágios”.

As soluções adotadas pelo Cefet-MG, no entanto, foram variadas. Apesar desses procedimentos, muitos dos seus estudantes continuaram fazendo estágio de forma remota. De acordo com Gomide, embora em algumas áreas, como hospedagem e turismo, o espaço para a prática profissional esteja de fato comprometido, no geral, não só não houve redução das vagas durante a pandemia como, em alguns casos, a demanda pelo estágio remoto até se intensificou. “O que não significa que não haja logicamente um mínimo comprometimento das práticas de estágio previstas”, pondera. Em alguns cursos, inclusive, a opção foi substituir o estágio pela participação dos alunos nos projetos de ensino virtuais, iniciativa criada durante a pandemia para abordar conteúdos de forma transversal. “A gente estimulou essas ações para tentar viabilizar a formação e a formatura desses alunos”, explica. No caso daqueles que precisam se formar para continuar os estudos, Gomide lembra que, no limite, já existe “juris-

Formação dos trabalhadores técnicos do SUS

Muita coisa parou. Mas os trabalhadores da saúde precisaram continuar. E uma parte daqueles que vêm atuando na linha de frente contra a Covid-19 estavam em processo de formação profissional ou precisaram se qualificar para enfrentar melhor a pandemia.

O Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS (Cefor) de São Paulo que fica em Araraquara, por exemplo, estava participando da construção do Planejamento Regional Integrado que apontaria as necessidades de formação nos mais de 190 municípios da sua área de abrangência quando as ações presenciais foram suspensas. A saída foi investir na divulgação de eventos, cursos e outras informações, de modo a não perder o vínculo e “propor ações de apoio”. Já a Escola Técnica do SUS de Blumenau tem se dedicado a promover capacitações diversas para os trabalhadores que estão atuando no sistema, principalmente em temas relacionados diretamente à Covid-19. Todas estão acontecendo à distância, com profissionais da própria Escola e da equipe de Vigilância Epidemiológica do município. O único curso presencial nesse período foi uma capacitação para os profissionais de limpeza e manutenção das unidades de saúde, que aconteceu em grupos de dez trabalhadores por vez, seguindo os protocolos de segurança, segundo a diretora da Escola, Claudia Lange. A ETSUS será responsável também por uma capacitação para professores e outros profissionais da educação. A proposta é ensinar os protocolos de segurança, que envolvem a higienização dos espaços, o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e o autocuidado, entre outros. Também de forma remota, a Escola começou, em outubro, a formação da primeira etapa, de 400 horas, do curso técnico de agente comunitário de saúde (ACS), além de dar sequência a atualizações mais específicas aos ACS já formados.

O curso técnico de ACS também retomou as aulas de forma remota na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Nem o currículo nem a carga horária foram modificados, mas têm sido feitas adaptações para dar conta da realidade da pandemia. “O desafio e a dificuldade que temos não é o arranjo organizacional do curso em si, mas o processo de ensino e aprendizagem de mulheres da classe trabalhadora, com histórico de desigualdade e diversos letramentos, com condições nada favoráveis de acesso à internet e a equipamentos tecnológicos, com múltiplas jornadas de trabalho, remunerado e não remunerado. O ensino remoto não é o adequado para estas trabalhadoras, mas vem sendo uma possibilidade de permanecermos em contato e oferecermos, como instituição pública, um lugar de acolhimento, de construção compartilhada de experiências e de conhecimento”, explica Mariana Nogueira, uma das coordenadoras do curso. Todos os alunos receberam chips com pacotes de dados de internet e computadores emprestados pela instituição.

A formação dos técnicos de vigilância em saúde do município do Rio de Janeiro também foi retomada na EPSJV/Fiocruz em agosto. Com aulas à distância e alguma atualização do currículo para dar conta das especificidades da pandemia, o curso precisou adaptar o componente do trabalho de campo previsto para evitar atividades presenciais. Da mesma forma, excepcionalmente, a turma deste ano não fará o estágio supervisionado. “Mas como os estudantes são trabalhadores que já atuam na Estratégia de Saúde da Família, haverá aproveitamento da experiência profissional, visto que todos são ACE (Agentes de Combate a Endemias)”, explica Priscila Faria, uma das coordenadoras do curso. Esses alunos-trabalhadores também receberam chips com pacotes de dados, mas Priscila ressalta que a qualidade do “sinal de internet” em algumas localidades continua sendo um desafio.

prudência” para que a instituição conceda o certificado do ensino médio que permite o ingresso no ensino superior e adie a certificação do curso técnico para quando o estudante cumprir todas as exigências – como o estágio, por exemplo. “A gente teve que levar em conta a necessidade de não criar obstáculos para que esse aluno fosse formado ou entrasse no mercado de trabalho. Teve sempre essa tentativa de equilíbrio entre a qualidade dessa formação profissional que está sendo dada e a necessidade de não punir o aluno por uma situação que não estava prevista”.

Especificidade da formação técnica em saúde

Toda essa flexibilização talvez não fosse tão pacífica se o Cefet-MG oferecesse cursos da área da saúde. Isso porque o Conselho Nacional de Saúde (CNS) produziu um parecer técnico (nº 162) que faz críticas ao conjunto dessas legislações que autorizam o estágio remoto ou a sua substituição por outras atividades. No centro do debate está o questionamento sobre se é possível aprender uma profissão da saúde sem entrar em contato direto, presencial, com os serviços e os usuários do sistema. “A gente defende que o aluno precisa ter essa prática”, afirma Francisca Valda, presidente da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho do CNS, que elaborou o parecer.

Ela reconhece que o texto cita mais diretamente o ensino superior mas garante que a crítica do parecer do CNS é “extensiva aos cursos técnicos”. “A gente precisa preparar novas gerações para terem a segurança de cuidar”, defende. E exemplifica: estando longe, um estudante consegue olhar para o “aparelhinho” e identificar o nível da glicose de um paciente. “Mas, e as outras coisas? E o caminhar para uma cegueira provocada pela diabetes? E o caminhar para um problema renal por causa dessa mesma diabetes? Ou como perceber a existência de uma doença sexualmente transmissível? De longe, você não detecta”, argumenta, ressaltando que esse é um aprendizado importante. “E isso vale para o estudante de medicina, para o de enfermagem e para todos os técnicos [da saúde]”, enumera.

Valda defende que é possível garantir esse processo sem se descuidar da segurança dos estudantes – da mesma forma, destaca, que não se pode negligenciar o cuidado com os profissionais de saúde. “Não vamos deixar uma pessoa lá para ser mártir do vírus, temos que protegê-la para evitar o adoecimento”, diz. Para isso, o CNS aprovou, em abril, uma outra recomendação, nº 20, que lista um conjunto de procedimentos que deveriam ter sido implantados para proteger os profissionais de saúde em meio à pandemia. Também no caso dos estudantes, destaca, aqueles que têm comorbidades da Covid-19 “não devem ir a campo”, podendo inclusive ser encaixados em algumas funções possíveis de se realizar à distância. A alimentação dos sistemas de informação ou a atuação em salas de teleatendimento, em que é possível monitorar pacientes permanecendo isolado num espaço protegido, são dois exemplos citados por ela. “Quem escolheu essa área de atuação tem consciên-

cia disso: não vai aprender nunca a ser um profissional, um bom técnico de enfermagem, por exemplo, na vigilância, no território, na notificação, nos sistemas de informação, na gestão do cuidado, nas urgências, na internação, sem ter esse aprendizado. E o estágio é o momento”, conclui.

Curi explica que o parecer do CNE autoriza que o “processo pedagógico” e a “coordenação do curso” tomem essa decisão. O texto menciona diretamente os cursos técnicos da área da saúde quando argumenta que “as possibilidades de atuação no esforço de combate à pandemia” para esses estudantes, “mesmo de forma não presencial”, são uma oportunidade de garantir a conclusão da formação sem prejuízo aos alunos. Já a portaria 544, do MEC, faz uma ressalva apenas aos cursos de graduação em medicina, que só podem substituir as disciplinas teóricas oferecidas até o quarto ano.

Instituição voltada especificamente ao ensino, pesquisa e cooperação na área de educação profissional em saúde, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fiocruz, por enquanto, adiou para um possível momento de retorno híbrido a prática de estágio dos seus três cursos técnicos integrados ao ensino médio: análises clínicas, biotecnologia e gerência em saúde. Ingrid d’Ávila reconhece que essa decisão pode ser revista caso o cenário epidemiológico impeça a retomada de qualquer tipo de atividade de ensino presencial. “Mas essa não é a nossa aposta atual. Para nós, as atividades remotas são emergenciais”. E completa: “Nossa avaliação, com base no histórico de discussões sobre a pertinência de se realizarem integralmente formações em saúde pela modalidade de Educação a Distância, que dialoga com a posição do CNS, é de que embora o contexto atual seja de excepcionalidade e emergência, essas práticas cumprem papel imprescindível nas formações em saúde”.

Acesso (e resistência) digital

Como se não bastasse tudo isso, as dificuldades de acesso e acompanhamento do ensino remoto por parte dos estudantes, que tem se apresentado em todos os segmentos de ensino, também não está ausente da educação profissional. Por um lado, por ser reconhecidamente uma “ilha de excelência no cenário da educação brasileira”, como define Sergio Gomide, a Rede Federal tem mais condições de avançar no sentido da inclusão digital – embora o mesmo não se possa necessariamente dizer sobre as redes estaduais que oferecem educação profissional. Por outro lado, o processo de ampliação da Rede EPCT fez com que os institutos federais chegassem a cidades do interior e periferias em que não estavam antes, aumentando o desafio neste momento de pandemia. “O ensino remoto expôs a gente a uma situação que, de certa forma, já era insustentável: ter aluno sem acesso regular à internet. A gente convivia com isso como se fosse natural. E não é, isso já é uma exclusão injustificável sob todos os pontos de vista”, resume Gomide.

No caso do Cefet-MG, os recursos próprios da assistência estudantil vêm sendo empregados para garantir planos de dados para os estudantes, além do empréstimo de equipamentos. “Não podemos tolerar como natural que o ensino remoto seja feito pelo celular”, justifica. No Instituto Federal Farroupilha, a situação é semelhante. Pouco mais de mil alunos hoje têm acesso às iniciativas de inclusão digital, 580 estão utilizando equipamentos emprestados e 463 recebem, desde março, um auxílio mensal de R\$ 80. Em setembro, o MEC, em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesqui-

sa, lançou o Projeto Alunos Conectados, que vai disponibilizar chip de celular e pacote de dados de internet para alunos de universidades e da rede federal em condições de vulnerabilidade socioeconômica. A definição dos estudantes que serão beneficiados se dá por meio de um edital com critérios que Gomide classifica como “bem restritivos”. Na primeira rodada de inscrições – serão três no total –, o IFFar, por exemplo, só selecionou seis alunos. Embora esteja assegurado, até a conclusão desta reportagem esse dinheiro ainda não tinha chegado às instituições.

Com recursos próprios, da Fundação Oswaldo Cruz, a EPSJV abrangiu todos os estudantes dos cursos técnicos num Programa de Inclusão Digital que prevê o empréstimo de *tablets* e chips com pacotes de dados. A demora na entrega dos *tablets*, no entanto, fez com que a Escola optasse momentaneamente pelo empréstimo de computadores institucionais aos alunos que necessitavam. Também visando reduzir o impacto das condições econômicas nesse período de pandemia, a instituição dobrou o valor da bolsa de demanda social que hoje contempla 110 alunos de baixa renda: de R\$ 150 para R\$ 300.

Todos esses esforços, no entanto, esbarram em problemas e desigualdades que vão além do campo estrito da educação. Para os alunos da Educação de Jovens e Adultos, que cursam apenas a educação básica, por exemplo, a EPSJV/Fiocruz tem entregado material impresso como apoio às atividades de estudo. O IFFar precisou usar o mesmo artifício para fazer o ensino remoto chegar a 152 alunos, segundo levantamento feito no mês de julho. “Os Institutos Federais têm uma capilaridade muito grande, construída no período de 2003 a 2016. Essa capilaridade faz com que nós estejamos no interior do Brasil, com estudantes de pequenos municípios que, mesmo que recebam os equipamentos e o pacote [de dados], a internet não chega até a casa deles”, explica Dante Moura, que completa: “Em outro polo, nas periferias das grandes cidades, nós temos um problema diferente: a impossibilidade de o estudante ter um espaço e tempo disponível para estudar, estando dentro de casa”.

No caso dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, a carga horária que corresponde ao período integral é também um fator agravante. Os pesquisadores, coordenadores e gestores educacionais entrevistados para esta reportagem são unânimes em apontar que não é possível oferecer oito horas de aula em tempo real para os estudantes mediados pela tela de um computador. As soluções encontradas têm sido distribuir o ‘conteúdo’ entre atividades “síncronas”, aquelas desenvolvidas em tempo real, e “assíncronas”, que os alunos podem realizar nos horários mais livres. O tempo médio de aulas ‘ao vivo’ tem sido de quatro horas diárias. “Há um certo senso comum de que isso não é problema para os estudantes jovens porque eles já nasceram nessa geração que tem acesso à tecnologia. Mas é para outra finalidade. Não funciona como se você trocasse o chip e pudesse dizer: ‘não, isso agora para mim não é mais lazer, é para o processo de ensino-aprendizagem’”, contextualiza Dante, explicando que o mesmo vale para os docentes: “Eu fui formado para ser professor de maneira presencial, dentro de uma sala de aula com os meus estudantes. Agora é como se eu pudesse trocar de chip para fazer tudo isso remotamente”. E resume: “Estamos em um processo em que a tentativa é de minimizar as perdas”. ○

2021

O ANO DO ORÇAMENTO FICTÍCIO

Proposta orçamentária enviada ao Congresso Nacional não leva em consideração a pandemia nas áreas de saúde, educação e ciência & tecnologia, e recurso destinado impactará o enfrentamento da Covid-19, avaliam especialistas

Viviane Tavares



Era 31 de agosto, último dia de envio da Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o Congresso Nacional, quando o Ministério da Economia enviou a proposta para 2021. Nesta data, chegava a 120.935 a quantidade de mortes por Covid-19, segundo o Consórcio Brasil – números que, apesar de impactantes, parecem não ter sido considerados na proposta orçamentária, segundo pesquisadores ouvidos nesta reportagem. “O orçamento me parece fictício, ou seja, o que está escrito não dá cabo dos desafios que estão por vir no ano”, avalia o especialista em finanças públicas e ex-diretor da instituição fiscal independente do Senado Federal, Rodrigo Orair, que exemplifica: “O seguro desemprego está em um valor muito parecido com o de 2019, mas quem imagina que nós vamos sair desse cenário e a geração de emprego vai se dar tão rápida? Dá a impressão de que não, mas o Bolsa Família está com um pequeno crescimento só em relação ao ano passado. Quem imagina que a gente vai sair dessa pandemia e a fila do Bolsa Família não vai aumentar?”. Para Orair, para dar conta dessa complexidade serão necessárias, portanto, muitas medidas de caráter extraordinário. “Possivelmente, algumas medidas extraordinárias vão ser lançadas, como a redução de jornada de trabalho, de salários dos servidores públicos e/ou o congelamento de salários”, especula e conclui: “O fato é que é o orçamento como está hoje não é crível. É um orçamento que é inaceitável e terá como solução possivelmente a aprovação da **PEC 188**”.

Proposta para 2021

Para entender o orçamento é preciso compreender o caminho que ele faz. O orçamento é o instrumento que planeja a utilização do dinheiro arrecadado pelo Governo Federal por meio de impostos, taxas, contribuições, entre outras fontes. Portanto, ele deve sempre estimar as receitas arrecadadas e as despesas a serem efetuadas, a partir das suas prioridades políticas. Esse ano, por exemplo, as áreas que tiveram seus investimentos elevados foram a defesa com R\$ 116,127 bilhões (aumento de 16,16%), Agricultura, Pecuária e Abastecimento que passou de R\$ 2,074 bilhões em 2020 para R\$ 2,417 bilhões em 2021 (aumento de 16,53%) e, em destaque, Minas e Energia, de R\$ 1,011 bilhão em 2020 para R\$ 5,067 bilhões em 2021 (aumento de 401%).

O processo de planejamento é complexo, mas, no geral, envolve três principais etapas, que são a aprovação da Lei do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Essas propostas do Poder Executivo são enviadas ao Congresso Nacional, que pode retirar ou alterar valores previstos para diferentes áreas. O PPA abrange um período de quatro anos, já a LDO traz as metas e prioridades do PPA, e a LOA detalha os recursos financeiros que serão aplicados. Ambas são aprovadas anualmente.

Na mensagem presidencial enviada junto à proposta da LOA de 2021, os parâmetros para a elaboração do orçamento do próximo ano deixavam claro seu plano de ação: “as políticas de proteção social têm sido fundamentais para a resiliência da economia. Mesmo diante da perda substancial de empregos e redução de salários, as políticas adotadas, tais como o auxílio emergencial e o benefício emergencial de preservação do emprego e da renda (Lei nº 14.020/2020), conseguiram proteger os mais vulneráveis e têm reduzido o efeito negativo da pandemia no emprego dos brasileiros. Logo, mesmo com o prolongamento do isolamento, as medidas adotadas contiveram o aprofundamento da crise”, informa a nota, que completa: “Deve-se destacar, todavia, que tais políticas são um escudo importante de proteção à população e às empresas para esse período de crise, mas não são um estímulo sustentável no longo prazo. (...) Ou seja, embora se faça necessária a elevação dos gastos públicos para o combate aos efeitos da pandemia através do fortalecimento do setor da saúde, proteção das famílias e limitação da deterioração financeira das empresas, o objetivo de médio prazo da política econômica continua mantido: consolidação

fiscal e correção da má alocação de recursos (*misallocation*). Essas medidas se tornarão fundamentais, assim que o País superar essa onda que abala todo o mundo”.

As reações contrárias foram diversas. Setores da educação, como o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), manifestaram em nota a preocupação com os cortes do investimento para o ensino superior e educação profissional, que poderiam inviabilizar o custeio e os investimentos das universidades e institutos federais, segundo o texto.

Em entrevista ao jornal O Globo no mês de setembro, o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) declarou que o corte de 5,3% em relação ao ano anterior previsto no Projeto de Lei Orçamentária pode levar a um cenário no qual o Conselho não terá dinheiro para pagar as 80 mil bolsas vigentes. Por uma iniciativa do Conselho Nacional da Saúde, está circulando uma petição pública que reivindica a manutenção do orçamento emergencial da saúde.

De maneira geral, se o PLDO for aprovado do jeito que está, a Educação passará de R\$ 74 bilhões em 2020 para R\$ 70,6 bilhões em 2021, Ciência e Tecnologia, por sua vez, diminuirá de R\$ 3,6 bilhões em 2020 para R\$ 2,735 bilhões em 2021 e a saúde de R\$ 159,17 bilhões em 2020 para R\$ 123,83 bilhões em 2021.

‘O SUS merece mais em 2021’

Esse é o título da petição pública que foi uma das primeiras manifestações contra o orçamento na área da saúde, liderada pelo Conselho Nacional de Saúde. O CNS afirma, no documento, que o Sistema Único de Saúde (SUS) perdeu R\$ 22,5 bilhões a partir de 2018, quando as novas regras de cálculo da Emenda Constitucional 95/2016, que instituiu um teto de gastos, passaram a valer. “Os efeitos negativos da EC 95/2016 estão presentes no gasto em Saúde por pessoa, que caiu de R\$ 594 (em 2017) para R\$ 583 (em 2019). O cálculo em porcentagem da receita corrente líquida também caiu de 15,77% para 13,54%, e só estamos no terceiro ano posterior à aprovação deste deletério dispositivo”, resume.

Já o orçamento de 2021 prevê quase o mesmo montante de 2019, que foi de R\$ 122,6 bilhões. Para o economista e consultor da Comissão de Financiamento e Orçamento do CNS, Francisco Funcia, o que está destinado à área de saúde pode ser o começo do fim do SUS. De acordo com ele, a mensagem governamental embutida na proposta de orçamento para a saúde é: ‘muito obrigado, SUS, você foi muito importante no combate à pandemia, mas para nós o que interessa é garantir os recursos para pagar as dívidas, porque a partir de agora, de 2021, nós vamos tirar de vocês R\$ 35 bilhões que foram usados adicionalmente em 2020 e em 2021 vocês vão ter mesma coisa de 2019’, ilustra.

Funcia afirma que os recursos seriam insuficientes mesmo em um cenário sem pandemia. “Nós estamos em um processo de desfinanciamento do Sistema Único de Saúde após a Emenda Constitucional 95. É muito importante que se compreenda que a emenda é prejudicial para a saúde porque,

ao estabelecer um total das despesas primárias, acaba estabelecendo uma espécie de subteto para as áreas setoriais”, relembra. A petição do CNS completa o raciocínio do pesquisador: “É grave a situação que se projeta para 2021 com a volta da regra da EC 95/2016, estabelecida pelo governo no PLDO 2021. Para o próximo ano, o SUS precisa lidar com o contexto de pós-pandemia sem uma vacina estabelecida e aprovada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). E, mesmo diante desta inovação, o SUS precisará ter orçamento para a aquisição deste insumo e atenuar a demanda reprimida de 2020 decorrente do adiamento de cirurgias eletivas e exames de maior complexidade, bem como das consequências da interrupção do tratamento de doenças crônicas que estão sendo noticiadas. Não podemos permitir uma redução ainda maior no orçamento da Saúde”, diz o texto.

A petição indica ainda duas iniciativas que seriam cruciais: a primeira é a garantia de que o PLDO 2021 contemple para o Ministério da Saúde um **piso emergencial** como um orçamento mínimo no valor de R\$ 168,7 bilhões. Esse montante corresponde ao que estabelece a LOA 2020 adicionado dos créditos extraordinários e variações anuais do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de 2,13%, e da população idosa, de 3,8%. Além disso, o texto defende a revogação da EC 95, com a sugestão de implementar uma outra regra de controle das contas públicas que não impacte as políticas sociais, em especial, a saúde.

Funcia informa que o SUS passou do subfinanciamento para o desfinanciamento com a vigência da EC 95 e diz que isso está refletido no orçamento de 2021. “O SUS tinha um financiamento insuficiente para dar conta do acesso universal com integralidade, equidade, como estabelece a Constituição

PEC 188

A PEC 188/2019, de relatoria do senador Marcio Bittar (MDB/AC), estabelece medidas de ajuste fiscal, modifica a estrutura do orçamento federal, estende a proibição de vinculação de receitas de impostos a qualquer espécie de receitas públicas, permite a redução temporária da jornada de trabalho de servidores públicos, dentre outras coisas. Para o economista e consultor da Comissão de Financiamento e Orçamento do Conselho Nacional de Saúde (CNS) Francisco Funcia, a PEC 188 representa o desmonte institucional do planejamento das políticas públicas em geral, e das sociais em especial com a extinção dos Planos Plurianuais na União, Estados e Municípios. “Isso é gravíssimo, porque inviabiliza o planejamento integrado de médio prazo, impedindo inclusive a participação e a alocação de recursos segundo as efetivas necessidades da população”, avalia e completa: “A PEC 188 materializa o desmonte estrutural do Estado brasileiro e o PLDO 2021 e o PLOA 2021 representam a asfixia financeira inicial necessária para esse objetivo”.

Piso mínimo emergencial

“As duzentas associações e consórcios de gestores públicos; organizações, fóruns, redes, plataformas da sociedade civil; conselhos nacionais de direitos; entidades sindicais; associações de juristas e economistas e instituições de pesquisa acadêmica que integram a Coalizão Direitos Valem Mais vêm apresentar esta nota técnica ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira com um conjunto de propostas visando fortalecer a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual 2021 como instrumentos para o enfrentamento do dramático contexto da pandemia e de suas consequências nas condições de vida da população.

As propostas desta nota técnica preveem o estabelecimento de um piso mínimo emergencial para as áreas de saúde, educação, assistência social e segurança alimentar que interrompa a deterioração orçamentária acelerada dessas políticas desde 2015 – com base no princípio constitucional de vedação de retrocessos em direitos fundamentais, reafirmado pelo STF na decisão ARE-639337/2011 – e garanta condições para o enfrentamento do rápido crescimento do desemprego, da miséria e da fome em nosso país, acirrado pela pandemia”, diz o documento de lançamento do movimento Direitos Valem Mais.

Federal de 1988. Naquele momento, quando a gente comparava os recursos alocados para o SUS no Brasil com outros países, percebia que o país tinha muito menos, levando em consideração a proporção do PIB [produto interno bruto]. O financiamento era insuficiente para atender o que a Constituição estabeleceu, que era a saúde como um direito de todos e dever do Estado. O que aconteceu a partir da Emenda 95 é que o subfinanciamento foi agravado como desfinanciamento porque você está retirando recursos”, analisa.

O pesquisador chama a atenção para um marco inédito do orçamento da saúde. Segundo ele, é a primeira vez que a proposta traz um valor praticamente igual ao do piso orçamentário, que é o mínimo obrigatório a ser investido na área. “Tem essa diferença quando a gente fala do piso e do valor da aplicação. Uma coisa são as despesas consideradas como ações do serviço público de saúde, mas há outras que estão fora, como [o salário dos] inativos, entre outros custos. Todas essas despesas ficam de fora e está sem orçamento para elas”.

Funcia recomenda um olhar atento às subfunções orçamentárias, como a atenção básica: aqui, o orçamento chegou a R\$ 27,6 bilhões em 2019 e, na programação orçamentária de 2021, cai para R\$ 24 bilhões. O mesmo vale para a atenção hospitalar ambulatorial: em 2019 foram empenhados R\$ 60,1 bilhões e no projeto atual constam R\$ 55,4 bilhões. “É claro que esses valores vão passar por uma revisão quando forem para votação, porque as emendas parlamentares estão computadas em bloco e esses valores mudam”, pondera.

O orçamento não leva em consideração, por exemplo, as despesas decorrentes da depreciação acelerada dos equipamentos e instalações e da reposição de medicamentos e materiais usados para enfrentar a pandemia em 2020, alerta Funcia. Isso sem contar demandas não urgentes do atendimento à saúde que foram postergadas como consultas, exames e cirurgias eletivas; novas demandas de estudos e pesquisas oriundas da Covid-19, reposição de medicamentos e reestruturação do complexo industrial da saúde.

Somado ao orçamento do Executivo, outras questões impactam no valor total de investimento no SUS do próximo ano. A portaria 2979/2019 e a mudança do modelo de financiamento da atenção primária à saúde, que extingue o PAB e condiciona uma parte dos recursos ao número de usuários cadastrados, é uma delas. Outro ponto é o que cabe ao orçamento impositivo, aprovado pela emenda constitucional 86, de 2015, que obriga o Executivo a liberar até 1,2% da receita corrente líquida do ano anterior para

as emendas apresentadas por parlamentares, garantindo que, desse total, 50% tenham que ser aplicados na área de saúde. A princípio parece benéfico, mas o montante do bolo foi retirado do valor total da programação própria tecnicamente elaborada pelo Ministério da Saúde à luz das pactuações na Comissão Intergestores Tripartites, impactando na saúde e, além disso, fica a critério dos parlamentares determinarem para onde destinar esse recurso. “Para você ter ideia dos valores dessas despesas, até 2013, a participação das emendas parlamentares era, em média, de R\$ 1 bilhão no orçamento da saúde, se você atualizar para os dias de hoje talvez fosse R\$1,5 bilhão, agora nós estamos tendo R\$ 7,3 bilhões, estamos falando de algo cinco vezes mais do que era para 2013”, resume Funcia.

Orçamento da Saúde



Portal da Transparência e Ministério da Saúde

“Sem financiamento não se faz ciência”

O cenário de pandemia jogou luz para o sucateamento da área de Ciência e Tecnologia no Brasil. Por isso, em carta enviada aos parlamentares, diversas entidades de educação e pesquisa defendem que “na situação de grave crise sanitária, social e econômica na qual o país se encontra, é fundamental que o orçamento acompanhe o que está sendo feito em todos os países desenvolvidos e destine mais recursos para a CT&I”. Ildeu de Castro Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ressalta ainda que isso é estratégico para o desenvolvimento econômico e social e para garantir a soberania do país.

Ildeu afirma que a área vem sofrendo uma continuada redução de recursos, que já trouxe consequências para o funcionamento das instituições de pesquisa e universidades. Um exemplo é que no final de 2019, o CNPq chegou a suspender bolsas de seus pesquisadores por falta de recursos. Na previsão para 2021, os recursos para o Conselho caíram em 8,3% em relação ao orçamento de 2020.

O caso da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) também não é diferente. Em 2017, o orçamento era de R\$ 4,2 bilhões, em 2019 caiu para R\$ 3 bilhões. “Por conta da redução de recursos, temos um corte de aproximadamente 10% do valor da bolsa para pós-graduação e de 28% nas bolsas de educação básica, que são importantes para as licenciaturas, para o Pibic [Programa de Iniciação Científica e Tecnológica]”, ilustra o presidente da SBPC.

Segundo análise de Ildeu, se o orçamento for aprovado como foi enviado pelo governo federal, será 34% menor do que em 2020, totalizando R\$ 2,7 bilhões. “Significa um terço do valor de uma década atrás. Nesses dez anos, o número de estruturas no Brasil cresceu muito. O país está formando aproximadamente 20 mil doutores e 60 mil mestres por ano. E essa massa enorme de pessoas qualificadas não está tendo recurso para prosseguir com suas pesquisas, muitas vezes não têm emprego, vão para o subemprego, não estão sendo absorvidos pela máquina pública, que está semiparalisada”, alerta, completando: “E ainda tem um agravado: fica uma defasagem de cérebros para pesquisa porque as instituições de pesquisa públicas estão com muitos servidores para se aposentar e não estão tendo como renovar o quadro”.

Somado a isso, o país passou ainda por uma pandemia em que o cenário, como ressalta Ildeu, deveria caminhar no sentido contrário, com esforços para financiar mais pesquisas e soluções tecnológicas não só para a área da saúde, mas também para questões energéticas, ambientais, relacionadas ao clima, prevenção e contenção de desastres, novos produtos farmacêuticos, entre outras frentes. O presidente do SBPC informa ainda que países que investiram em pesquisa em diferentes áreas como China, Alemanha, EUA, Japão, Coreia do Sul, Israel aumentaram significativamente a riqueza do país e a qualidade

de vida de sua população. “Eles investem hoje entre 2,5% e 4,5% do PIB em Pesquisa e Desenvolvimento e fazem isso de forma continuada por décadas, enquanto no Brasil esse índice gira em torno de 1% e está diminuindo”, informa Ildeu.

Além do orçamento anual, existem outras fontes de receita do setor, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), criado em 1969, e administrado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Esse recurso, ilustra Ildeu, desde a década de 1970 apoiou a criação e manutenção da maior parte dos laboratórios brasileiros como os da Embrapa, Fiocruz, Coppe, Embrater, entre outros. “Atualmente, na minha interpretação, este recurso está sendo usado para um desvio de finalidade, porque foi recolhido para apoio ciência, tecnologia e inovação, mas é usado pela área econômica para fazer o pagamento de dívidas e outros usos”, avalia.

Entre as iniciativas de articulação das entidades da área de ciência e tecnologia em relação ao orçamento está a mobilização dentro do Congresso e com a participação da sociedade civil. A Marcha da Ciência, evento realizado pela SBPC, que teve sua primeira edição de forma virtual no mês de maio deste ano, trouxe o sucateamento e as respostas para pandemia como pauta central. A iniciativa, em plena pandemia, mobilizou pesquisadores e instituições de pesquisa em todo o país. Na ocasião, o ministro da Pasta, Marcos Pontes, divulgou nos canais de redes sociais do ministério um vídeo anunciando que o governo aportou R\$ 100 milhões em ações relacionadas à pesquisa para combate à Covid-19 e que haviam sido liberados R\$ 352 milhões para laboratórios de biossegurança nível quatro e R\$ 600 milhões pela Finep para a força-tarefa de combate à pandemia. “Esse ano nós fizemos também o movimento no congresso em defesa do FNDCT, que estava sendo ameaçado de extinção. Elaboramos uma grande campanha no senado e dentro das comissões, entre elas a CCJ. Com isso, a gente conseguiu reverter a posição do governo, pelo menos até agora. Agora estamos lutando para a aprovação de um projeto de lei [PLP 135/2020, do Senador Izalci Lucas] que impede que o FNDCT se transforme em um fundo financeiro, portanto, garante que os recursos fiquem lá acumulados e não sejam retirados pelo ministério da economia, por conta da reserva de contingência e liberação de seus recursos para uso do MCTI em 2021”, resume Ildeu.

Outras iniciativas também estão sendo utilizadas para criar alternativas de financiamento para o setor como, por exemplo, a proposta de destinação de 25% do Fundo Social do Pré-Sal para a área, por meio do projeto de lei 5.876/2016, dos deputados Celso Pansera e Bruna Furlan, ou o PLS 181/2016, do Senador Lasier Martins; e a aprovação da PEC 24/2019, da deputada Luisa Canziani, que exclui do Lei do Teto (EC 95) os recursos próprios das universidades.

Orçamento C&T



Coalizão Direitos Valem Mais

Defesa da educação como direito público

Em tom de manifesto, 16 Frentes Parlamentares do Congresso Nacional e 54 entidades e movimentos ligados à Educação publicaram a nota ‘Defesa da educação como direito público’ no mês de setembro para reivindicar mais recurso e autonomia para a área. De acordo com o texto, a perspectiva de corte de R\$ 1,882 bilhão no orçamento das chamadas despesas discricionárias para o setor podem trazer consequências irreversíveis a médio prazo. “Para o pós-pandemia, é inimaginável abrir mão de recursos que servirão para a reconstrução do país e para atender às demandas dos estudantes brasileiros já tão prejudicadas por esse ano letivo atípico. A vitória recente da histórica aprovação do Novo Fundeb no Congresso Nacional não nos permite descuidar na defesa da educação”, diz a nota.

O coletivo de parlamentares e instituições indica que, para impedir a deterioração da educação nacional, é necessário “elevar o valor mínimo a ser aplicado em manutenção, investimentos e inversões em educação no PLOA 2021 para, ao menos, o patamar médio do período 2014-2016 (R\$ 107,4 bilhões)”. Em 2021, o valor previsto para esses itens, sem gasto com pessoal, está em R\$ 70,6 bilhões, uma diferença de R\$ 36,8 bilhões em relação à demanda apresentada pelo manifesto.

De acordo com o professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás Nelson Cardoso Amaral, a educação, assim como as outras áreas abordadas nesta reportagem, vem sofrendo dura queda de investimento. “O dinheiro de pessoal tem um crescimento pífio, na verdade, são as progressões de carreira, as substituições das pessoas que se aposentam. Vale lembrar que, no caso das universidades federais, por exemplo, quando os professores se aposentam, continuam na folha. Então, existe essa perspectiva de crescimento irrisório para dar conta desses elementos. Mas, ao fazer a conta do dinheiro total e subtrair o de despesas obrigatórias, é percebida uma deterioração das condições educacionais muito forte”.

Ele indica que há um movimento de queda no orçamento de R\$ 3,6 bilhões na educação superior no intervalo de 2014 a 2019 e R\$ 3,3 bilhões na educação técnico profissional no mesmo período. “No recorte mais ampliado, entre

2007 e 2019, observa-se uma perda de quase R\$ 1 bilhão na educação superior e certa estabilidade, apesar da queda entre 2017 e 2018, na educação profissional. Embora não seja percentualmente muita elevada, essa queda é preocupante pois acontece em período de expansão da rede federal com vários *campi* em implantação e obras em execução”, avalia.

Entre as consequências de um orçamento reduzido, explica Nelson, está o impedimento de muitas ações na área educacional, como a atingimento das metas do Plano Nacional da Educação (PNE), a estruturação de diversos *campi* novos das Universidades e dos Institutos Federais e Cefets, além da manutenção dos antigos, a atualização de equipamentos dos laboratórios usados em pesquisa e durante as aulas e a expansão do número de matrículas. Levando em consideração o cenário pandêmico, completa o pesquisador, seria necessário ainda equipar hospitais universitários e repor o material utilizado e adaptar as instituições educacionais para o retorno às aulas presenciais, entre outras medidas sanitárias. “Essas medidas envolvem redução do número de alunos por turma, com ampliação de espaços e contratação de novos profissionais, com impactos diretos no custo”, enumera.

Nelson indica que para a educação dar conta da complexidade do cenário que está por vir seria necessário retomar o valor médio dos anos de 2014 a 2016. Nada além disso. “É importante recuperar o que foi perdido para esse tipo de despesa. A gente, quando reivindica isso, não está falando que vai pagar mais. O que pretendemos é exatamente recuperar as condições de funcionamento das instituições. O grande problema da área educacional é que quando você começa a deteriorar, ela vem de forma muito violenta, impacta na produção científica, na formação de pessoas, na fuga de cérebros, na melhoria da qualidade de ensino, até na evasão escolar”, enumera. De acordo com ele, as condições de funcionamento da educação brasileira estão sendo deterioradas quando são retirados os recursos para o pagamento de pessoal. De um orçamento de R\$ 114,9 bilhões em 2015, exemplifica, a educação conta uma previsão orçamentária para 2021 de R\$ 70,6 bilhões, uma redução de 386%, “causando grave retrocesso social no direito à educação da população brasileira”, conclui. O

Orçamento da Educação



Coalizão Direitos Valem Mais

IMUNIDADE DE REBANHO

“**R**esistência de um grupo ou população à introdução e disseminação de um agente infeccioso (...) baseada na elevada proporção de indivíduos imunes, entre os membros desse grupo ou população, e na uniforme distribuição desses indivíduos imunes”. Em uma simples busca no site do Ministério da Saúde, a definição da expressão “imunidade de rebanho” parece não dar conta da complexidade que ela significa. Muito presente em notícias que circularam no país nos últimos meses, a expressão dividiu pesquisadores sobre seus efeitos e sobre as reais possibilidades de serem alcançadas em relação à Covid-19 em cidades como Santa Catarina e Manaus, em que houve alta exposição da população ao novo coronavírus.

Para a pesquisadora da Fiocruz Bahia - IGM (Instituto Gonçalo Moniz) e professora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Viviane Boaventura, a divergência já começa pelo termo, que foi utilizado popularmente mas teve sua origem quando as pesquisas ainda eram realizadas em animais. “Ele é cunhado, na verdade, inadequadamente, porque não se trata de rebanho, são seres humanos. Utilizou-se [esse termo] baseado em trabalhos feitos em animais e acabou ficando. Mas o correto seria a gente chamar de imunidade comunitária ou coletiva”, explica.

Mas, afinal, o que isso significa? Imunidade de rebanho é uma expressão utilizada para definir o processo a partir do qual a cadeia de transmissão de uma doença é bloqueada ao atingir um número considerável de pessoas. Esse bloqueio pode ser alcançado de duas formas: por meio de vacina ou pela exposição natural ao vírus.

Os pesquisadores Caroline Dutra Lacerda e Hernan Chaimovich, ambos do Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP), explicam no artigo ‘O que é imunidade de rebanho e quais as implicações?’ que o conceito descreve uma situação em que a cadeia de infecção é bloqueada. “Isto é, a doença para de se alastrar, pois uma porcentagem de indivíduos, numa população definida, adquire imunidade a essa infecção e assim protege os que ainda não têm imunidade de serem infectados”.

Até aí parece uma equação simples: é só entrar em contato com o vírus, produzir anticorpo, não se reinfectar e, a partir daí, não transmitir e pronto. No entanto, começam a entrar as variáveis. E o novo coronavírus, causador da Covid-19, traz um conjunto delas. É preciso levar em conta, por exemplo, o grau de risco provocado pela exposição da população ao vírus, a taxa de reinfeção, a aferição de produção de anticorpo adequado, entre outros fatores.

O reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e coordenador da pesquisa Epicovid – que mapeia a veloci-

dade de contágio e propõe estratégias para o enfrentamento da doença –, afirma que a identificação de anticorpo é a forma mais precisa de se verificar a eficácia da estratégia, mas isso não funciona igualmente para todas as doenças. “Há doenças em que a qualquer momento você pode testar uma amostra da população, e se 60%, 70% estiverem com anticorpo, pode ter um grau de confiança de que se atingiu a imunidade de rebanho, porque é possível identificar o quanto de pessoas dentro daquela comunidade está protegida contra o vírus”, explica e exemplifica: “No caso da Covid-19, é muito mais difícil, porque a literatura recente mostra que os anticorpos permanecem em condições detectáveis no organismo por um período mais curto. Para se estimar se uma população atingiu ou não a imunidade de rebanho, tem que se fazer uma conta que é um pouco mais complicada, tem que acompanhar o número diário de casos, para tentar ter uma estimativa do quão ativo está o vírus em determinado momento, que, no caso do novo coronavírus, é um espaço curto de tempo”.

Viviane Boaventura reforça essa conclusão quando indica as variáveis para decretar a imunidade de rebanho a partir do exemplo do sarampo, doença em que o Brasil alcançou a tal imunidade por meio vacinal, mas que já está ameaçada pela queda do número de pessoas vacinadas. “O sarampo é uma doença altamente transmissível, portanto, o nível que a gente precisa de proteção é muito alto, cerca de 95% da população. Por outro lado, é uma doença que, uma vez que você tenha tido a infecção, ou caso a pessoa tenha tomado a vacina, ela desenvolve uma memória e a proteção é duradoura, explica.

No entanto, para a Covid-19 essa mesma proporção e experiência não pode ser aplicada, explica Viviane: “A gente também precisa olhar outros coronavírus que causam gripe comum, cujos anticorpos também não duram muito tempo. Portanto, por conta desse tempo de duração curto, adquirir essa imunidade de rebanho para proteger uma comunidade e evitar a circulação do vírus é muito difícil em termos de infecção natural. Nesses casos, o corpo fica com a memória de proteção por um período muito curto e vem a reinfeção. É isso que estamos observando. Isso não pode ser considerado imunidade de rebanho”, analisa.

Para Lely Guzmán, coordenadora interina da Unidade de Família, Gênero e Curso de Vida do escritório da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), não existe imunidade de rebanho no caso de vírus que podem infectar as pessoas várias vezes. “No caso da Covid-19, não há evidências até o momento de que as pessoas que se recuperaram da doença e têm anticorpos estejam protegidas contra uma segunda infecção. É esperado que a maioria dos indivíduos infectados

desenvolva uma resposta de anticorpos que forneça algum nível de proteção. O que ainda não se sabe é o nível de proteção ou quanto tempo vai durar. A OMS está trabalhando com cientistas de todo o mundo para entender melhor a resposta do corpo à infecção por Covid-19”, informa.

Conclui-se, portanto, que o fato de grande parte da população ter acesso ao vírus não basta para que se alcance a imunidade coletiva. “Toda a população já teve acesso ao vírus da gripe, por exemplo, e não tem imunidade de rebanho. Porque há mutação do vírus, a quantidade de anticorpo não é tão duradoura e sempre tem gente para ser infectado por gripe. A imunidade de rebanho é atingida quando basicamente não tem mais gente para ser infectada. E isso é difícil no caso dessas doenças nas quais os anticorpos não têm uma duração tão longa”, explica Pedro Hallal.

Em geral, há duas formas que andam combinadas para detectar a imunização de rebanho: os testes de anticorpos e a imunização celular. “Assim como a vacina, na infecção natural tem formas de a gente detectar se a pessoa teve ou não essa exposição e se produziu essas substâncias capazes de se proteger. São sempre dois braços da defesa: o que produz anticorpo e o que coordena a célula. Avaliar esse braço que produz anticorpo é o mais fácil. Isso a gente tem em teste laboratorial, inclusive para a Covid-19. Mas o olhar apenas à quantidade de anticorpo para estabelecer a imunidade é limitado. E hoje ainda não existe teste que a gente possa fazer em um laboratório ou na beira do leito para olhar como essas células estão funcionando, só existem testes em desenvolvimento”, detalha Viviane.

Imunidade coletiva é com vacina

Todos os pesquisadores ouvidos para esta reportagem explicam que a forma mais segura e controlada de atingir a imunidade de rebanho é por meio da vacina. Ainda assim, Viviane informa que, para atingi-la, o número mínimo de pessoas que precisam ser imunizadas ainda está em aberto. Nos primeiros estudos eram apontados cerca de 70% de pessoas vacinadas, hoje esse índice gira em torno de 60%. “Entretanto, é preciso considerar que esse número tenha que ser de pessoas efetivamente protegidas, que não se reinfectam, ou que não percam ao longo do tempo essa memória imunológica. Porque quando isso acontece essa imunidade de rebanho vai por água abaixo”, avalia e acrescenta: “A nossa capacidade de vacinar pessoas, de fazer grandes campanhas nacionais, de fazer essas vacinas chegarem a diversos lugares do Brasil e em um período muito curto de tempo, em lugares longínquos é referência mundial. O Sistema Único de Saúde é o nosso grande aliado. Esse será um dos maiores desafios já enfrentados na história da saúde brasileira, chegar com a vacinação simultânea a todos os cantos do país, para toda a população”.

Viviane explica que, quando uma vacina é preparada, ela deve se parecer o máximo possível com uma infecção natural, no entanto, sem causar os desdobramentos da doença, de modo que nosso sistema ‘encare’ a defesa de maneira mais controlada. “É um desafio montar uma resposta de defesa à altura, adequada e segura”, avalia a pesquisadora, que compara: “A grande questão é que quando você pensa em uma imunidade comunitária baseada em uma infecção natural, há um impacto social para a saúde pública da população, em termos de mortalidade e de morbidade da doença. É colocar em risco um grande contingente de pessoas. É inadmissível a gente pensar em imunidade comunitária por infecção natural para a Covid-19, por exemplo”.

Hallal indica que o primeiro critério para se definir se a estratégia de alcançar a imunidade deve se dar por meio de vacina ou de forma natural deve ser a informação sobre a mortalidade da doença e seu grau de morbidade. “No caso da Covid-19, a taxa de mortalidade é um dos critérios que torna impensável a possibilidade de ter [a imunidade natural] como estratégia. E ainda assim, se levarmos em consideração que a doença é capaz de induzir uma proteção de curto prazo, a imunidade natural pode nunca vir. Ou seja, você está sacrificando a população para não ter resultados satisfatórios”, conclui.

O exemplo mais recente que pode ilustrar a avaliação de Hallal é o caso da Suécia, que manteve em plena pandemia o comércio e instituições de ensino abertos e isolou apenas a população de risco. Como resultado, as taxas de contágio no país foram as mais altas da região nórdica da Europa, o que, em consequência, poderia levar a uma imunidade de rebanho de maneira mais rápida. No entanto, em julho, o estudo (*Managing Coronavirus Disease 2019 Spread With Voluntary Public Health Measures: Sweden as a Case Study for Pandemic Control*), publicado na revista *Clinical Infectious Diseases*, mostrou que o país teve um maior número de mortes e uma demanda maior no sistema de saúde comparado com os demais países da região, além de não atingir seu objetivo. Anders Tegnell, epidemiologista-chefe do governo sueco, voltou atrás da estratégia e, em junho, admitiu que as medidas deveriam ter sido mais “restritivas”.

No caso brasileiro, explica Lely Guzmán, não há como afirmar que se atingiu a imunidade de rebanho em determinados municípios, como vem sendo debatido, principalmente, em relação à situação de Manaus. Isso porque, além de toda dificuldade de aferição, ela enfatiza que o vírus não respeita fronteiras e as pessoas circulam entre os lugares. “Para afirmar isso, depende de cada doença e situação. A solidariedade e a cooperação entre municípios, estados e países é fundamental e beneficia a todos. No caso do novo coronavírus não deve ser diferente”. ◯

VOCÊ SABE O QUE É UM QUILOMBO?



Foto: Luis Eduardo Tavares

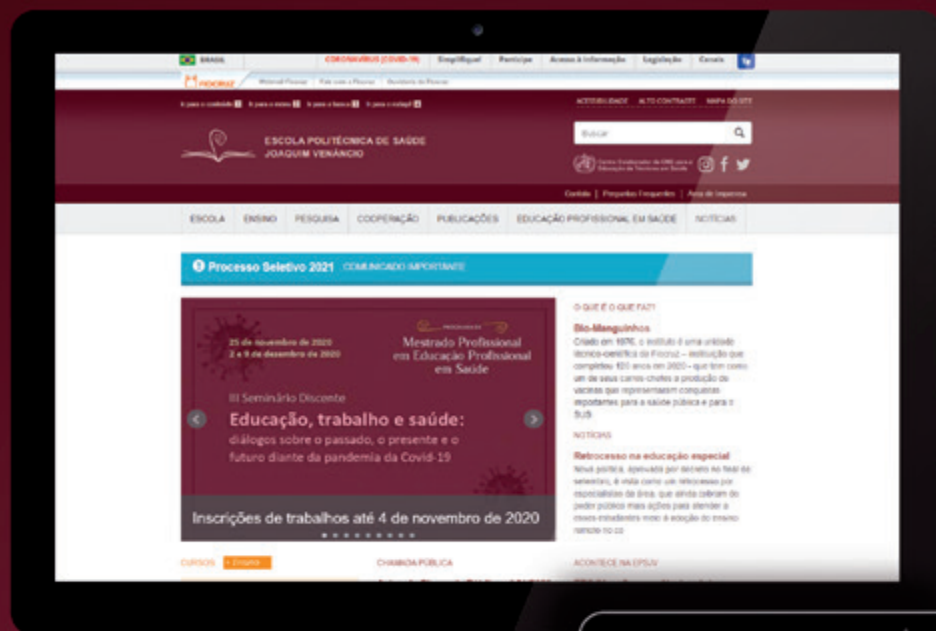
O termo *kilombo* vem do idioma dos povos *Bantu*, originários da Angola, e significa local de pouso ou acampamento. Sua origem se refere às 'paragens' dos povos nômades da África Ocidental nas suas longas viagens, antes da chegada de colonizadores europeus ao continente.

No Brasil, Quilombo foi o nome dado às pequenas comunidades formadas por escravos fugitivos durante o período de escravidão, que durou mais de 300 anos – desde o século 16 até o final do século 19. Essas pequenas comunidades tornaram-se grandes símbolos de resistência na história do país.

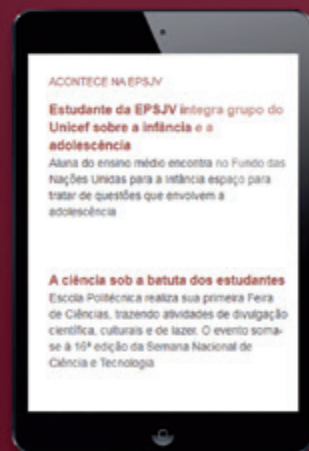
O Quilombo dos Palmares, organizado no final do século 16, foi considerado o maior da América Latina. Era localizado no território em que hoje é o estado do Alagoas e chegou a abrigar cerca de 20 mil escravos. Seu líder, Zumbi, foi morto em 20 de novembro de 1695 em uma emboscada. Hoje, a data é conhecida como o dia da Consciência Negra.

Algumas comunidades remanescentes de quilombolas resistem até hoje – e encontram-se espalhadas por pelo menos 24 estados do Brasil. A luta do movimento negro, em especial do movimento quilombola, tem avançado nos últimos anos e contribuído para dar visibilidade a essa população.

Somente a partir de 1988, por meio de dois artigos da Constituição Federal, o Estado reconheceu oficialmente essa população. Hoje, cerca de 3 mil comunidades quilombolas encontram-se registradas nas atuais políticas públicas. A maioria delas (80%) só foi identificada a partir do ano de 2003, com a edição do Decreto 4.887 – que regulamenta a demarcação de terras quilombolas – e com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A identificação dessas comunidades é importante para a definição de políticas públicas para esses povos. Entretanto, a maior parte dos territórios quilombolas ainda enfrenta dificuldades de acesso a serviços como saúde, educação, energia elétrica, saneamento básico e transporte.



ACESSIBILIDADE
Pessoas com deficiência
poderão usar e contribuir
com o Portal



DESIGN RESPONSIVO
Completamente adaptável
para dispositivos móveis,
segundo o Padrão Digital
do Governo Federal

Novo Portal da Educação Profissional em Saúde
Comunicação pública sobre saúde, educação e trabalho

www.epsjv.fiocruz.br